

Para um balanço da P.O.

Texto escrito por Eder Sader ("Raul Villa") em set/out/1976. Publicado na Revista "*Brasil Socialista*" Nº 7, out/1976

Com introdução do Centro de Estudos Victor Meyer

Introdução ao documento "Para um balanço da PO"

Centro de Estudos Victor Meyer

Dentro do nosso objetivo de contribuir para resgatar e divulgar a memória da esquerda revolucionária no Brasil, em especial da ORM – Política Operária (Polop), estamos incluindo entre os documentos selecionados para compor o *Arquivo Eder Sader*, deste Portal, o presente texto "Para um balanço da PO", escrito em 1976 no exterior por Eder Sader, sob o pseudônimo de "Raul Villa".

Entretanto, face ao teor das críticas que o autor dirige no citado documento às posições e à trajetória da Polop, torna-se necessário algumas considerações iniciais, de forma a permitir ao leitor que não vivenciou aqueles momentos um melhor entendimento das posições ali explicitadas.

Eder Sader foi um dos fundadores da Polop e, juntamente com Erico Sachs, um dos seus principais dirigentes até 1970 quando, com a promulgação do ato Institucional Nº 5 da ditadura militar brasileira no final de 1969, se exilou no Chile após passar pelo Uruguai, indo posteriormente para a França. Um relato da trajetória inicial desta fase encontra-se esboçado em carta escrita por Eder em Montevideu para Erico Sachs, disponível na seção "Arquivo Eder Sader" deste Portal¹.

Como dirigente da Polop, Eder teve importante papel na elaboração da sua linha política e no direcionamento da prática da Organização. É de sua autoria as análises de conjuntura e informes políticos divulgados pela Organização, além de textos de fundamentação da luta ideológica contra o reformismo, cabendo citar "*Os ensinamentos de Mao e a guerra revolucionária no Brasil*" (1968) e "*O Chile entre a legalidade burguesa e a revolução*" (1971), ambos também disponíveis neste Portal na mesma seção acima citada.²

Como exilado no Chile, Eder manteve suas ligações com a Organização no Brasil e com o núcleo de militantes que se exilara na Alemanha, ressentindo-se, todavia, das dificuldades de comunicação, características das condições da época para a militância clandestina. Filiou-se ao Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) chileno, onde logo passou a desempenhar importante papel político. Com o golpe militar de Pinochet, foi expulso do Chile em setembro de 1973, indo então para a França, onde deu continuidade à militância política, agora como um dos principais responsáveis pelo trabalho do MIR no exterior.

Por essa época, os remanescentes da esquerda revolucionária, tanto no Brasil como entre os exilados no exterior, empreendiam uma revisão das alternativas políticas até então adotadas, caminhando majoritariamente no sentido de retorno a velhas proposições pequeno-burguesas de "luta por liberdades democráticas". Tratava-se de alternativas políticas que foram objeto de exaustivas críticas da Polop após o golpe militar 1964, como se constata nos documentos históricos da Organização, em especial "*Mais uma vez a pequena-burguesia*".³ A luta por "liberdades democráticas" desconhecia a ditadura militar como uma forma aberta e indireta de ditadura da burguesia e a necessidade da mobilização independente da classe operária no contexto da luta contra o regime. Tais alternativas voltavam assim a ocupar lugar principal nas proposições de agrupamentos que empreendiam uma autocrítica pela metade da prática vanguardista anterior.

Eder Sader não se revelou imune a esses novos velhos ventos. Seus escritos a partir dessa época começam a dar sinais de um afastamento gradativo em relação às posições básicas da Polop, que ele no passado ajudara a formular e defender. Isso está refletido nas correspondências trocadas com o grupo da Polop na Alemanha, que se mantinha organizado em torno de Erico Sachs.

O primeiro atrito que veio a público ocorreu no episódio da participação de representantes da Polop no comitê de redação da revista "Brasil Socialista". Tratou-se de uma publicação editada no exterior nos anos de 1974/1977, através de Nouvelles Editions Populaires (Suíça), por exilados brasileiros das organizações MR-8, AP-ML e outras que se encontravam na França, em cujo comitê de redação Eder Sader se integrou representando a Polop. O projeto inicial visava à formação de uma "Tendência Proletária" a partir da aproximação dessas organizações, mas a publicação se desenvolveu no sentido da defesa das propostas citadas de "luta por liberdades democráticas", contrariamente ao posicionamento tradicional da Polop.

Com a saída do primeiro número da revista, o núcleo de militantes da PO na Alemanha questionou o conteúdo da linha política ali explicitada e, expressando a posição da Direção Nacional, desautorizou a participação da Organização naquele comitê. Isso se deu através do documento intitulado "*Resolução*

¹ Vide www.centrovictormeyer.org.br > Acervos > Arquivo Eder Sader.

² Idem.

³ Disponível em <http://www.centrovictormeyer.org.br> > Acervos > Arquivo Política Operária.

de Friburgo”, datado de dezembro de 1974.⁴

No início de 1975, outro atrito veio a público, quando Eder Sader, ainda assinando como Raul Villa, divulgou um documento intitulado *"Sobre as Considerações do Companheiro EM, a respeito da linha política do MIR"*. Respondia assim publicamente às posições que lhe foram transmitidas por Erico Sachs em carta pessoal.

A réplica veio em seguida, com o cáustico documento de Erico Sachs (assinando como Ernesto Martins), intitulado *"Como aprender, com quem aprender"*, título esse complementado com a frase *"Sobre as considerações de Raul Villa a respeito da luta por Direitos Democráticos"*.⁵ Esse documento foi publicado originalmente na Rev. "Marxismo Militante Exterior" Nº. 1, outubro de 1975, tendo circulado logo após no Brasil em edição mimeografada.

É nesse contexto que surge o documento ora apresentado – *"Para um balanço da PO"* – assinado por Raul Villa e publicado na Rev. Brasil Socialista Nº 7, em outubro/1976. Com tal documento, Eder Sader rompe definitivamente com a Polop, ao negar radicalmente o conteúdo das suas posições básicas e da sua prática nas lutas de classe do país, minimizando a importância da sua influência no seio da esquerda revolucionária brasileira.

Como não poderia deixar de ser, o texto obteve uma resposta radical de Erico Sachs, através do documento intitulado *"Carta a um 'revolucionário que se preza'"*.⁶ Recebeu também uma resposta oficial da direção da Organização no Brasil, materializada na resolução *"Sobre o documento 'Por um balanço da PO' - Resposta do Comitê Nacional da OCML-PO a Raul Villa"*.⁷ Ambos os documentos foram posteriormente publicados na Revista Marxismo Militante Nº 5, maio de 1978.

Em 1979, nove anos após deixar o país, Eder retorna ao Brasil, une-se às parcelas da esquerda que se aglutinavam em torno da criação do PT e passa a desenvolver uma prática por estas classificada como "autonomista". Funda e dirige uma revista com o significativo nome de "Desvios". Suas concepções nada mais tinham a ver com as posições centrais da Polop.

Resta registrar que o debate entre Eder Sader ("Raul Villa") e Érico Sachs ("Ernesto Martins"), caracterizado nessa trajetória, sintetiza a encruzilhada ideológica da esquerda após a derrota do militarismo. Nessa época, foram lançadas no campo da "esquerda revolucionária" as sementes da política de colaboração de classes, hoje em curso no país.

Janeiro de 2012

Os editores

www.centrovictormeyer.org

⁴ Idem.

⁵ Disponível em <http://www.centrovictormeyer.org.br> > Acervos > Arquivo Erico Sachs.

⁶ Idem.

⁷ Disponível em <http://www.centrovictormeyer.org.br> > Acervos > Arquivo Política Operária.

Para um balanço da P.O.

Raul Villa⁸

"Brasil Socialista" Nº 7, out/1976

Discutindo o processo autocrítico na esquerda revolucionária brasileira, diz o camarada Fábio de Almeida:

...é somente à medida que a tendência proletária se desenvolva e que negue a prática passada das diversas Organizações da ER (e tal processo está muito longe de se ter concluído) que ela pode inclusive vir a resgatar as mais ricas experiências acumuladas no período recente de luta anti-reformista e nesse sentido ser a própria continuadora da esquerda revolucionária. ("No rumo da construção partidária, desenvolver a tendência proletária da esquerda", in BS nº 06).

No que respeita à «Política Operária», é evidente que sua incapacidade de realizar um autêntico processo autocrítico está diretamente relacionada com as contínuas cisões que ciclicamente atestam seus impasses. A consequência mais grave consiste na perda das experiências acumuladas, na impossibilidade de resgatar as aquisições revolucionárias que permanecem envoltas em vícios de origem não destruídos.

O que virá a seguir é em parte uma autocrítica, em parte um esboço de balanço da PO (e do POC no período 68-69). É só em parte uma autocrítica porque seria desmedida uma discussão sobre minha atuação passada. Não me centro, pois, nas minhas responsabilidades, mas o balanço da PO é evidentemente uma autocrítica minha, pois foi aí que vivi toda minha militância no Brasil.

Mas também para ser um balanço da PO exigiria um esforço coletivo e um acesso mais direto à documentação existente. Se me aventuro a dar este primeiro passo é justamente porque uma das características da derrota que sofremos em 68-70 foi que atomizou nossas forças. O esforço coletivo para retomar o fio com as experiências passadas se encontra bloqueado porque fomos separados pelas prisões, mortes, exílio e repetidas divisões políticas.

Este esboço de balanço é assim apenas uma parte da autocrítica necessária da esquerda revolucionária nesses seus 46 anos que se iniciam com o triunfo da Revolução Cubana. Sem ela, não teremos clareza sobre as lições de todas nossas experiências; sobre o que há a rechaçar e o que a resgatar, para iniciar o caminho da vitória.

ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA REAL

O balanço requer antes de mais nada algumas indicações históricas, sem o que nos arriscamos a recair nas caracterizações idealistas. Uma das mais freqüentes deficiências na avaliação da PO, de suas virtudes ou vícios, consiste na apreensão de sua "natureza" que, imutável, explica toda sua história.

Certamente é necessário buscar as características fundamentais dela, os elementos constantes em sua prática. Mas justamente uma compreensão da PO real só é possível através do estudo de seu desenvolvimento e das relações sociais que lhe constituíram.

Não disponho agora dos meios necessários para restabelecer tal história em toda sua complexidade, mas procuro apresentar os processos que me aparecem como mais significativos para localizar seu desenvolvimento. Espero com isso contribuir para o aprofundamento dos estudos, do debate e da assimilação das experiências.

Creio que podemos formular uma periodização para facilitar o estudo. De 1961 a 64 a PO se enfrenta numa luta ideológica contra o reformismo dominante. De 64 a 67 numa luta ideológica contra o reformismo em crise. Em 68 e 69 se lança à constituição de um núcleo partidário para buscar organizar as lutas da classe. Com a cisão de 70, nova PO se lança numa prática obreirista até 72. 72 e 73 são anos de sobrevivência burocrática. A partir de 74 temos o doutrinário revisitado.

a) A luta ideológica contra o reformismo dominante (61-64)

⁸ Raul Villa: pseudônimo utilizado por Eder Sader em seus escritos políticos nas décadas de 60/70. O autor foi fundador e dirigente da organização ORM – Política Operária até se exilar no Chile após o Ato Institucional Nº. 5, onde se filiou ao MIR (Nota dos editores).

A Organização Revolucionária Marxista Política Operária se constituiu no início de 61, reunindo pequenos grupos marxistas de vários estados (Rio, Minas, São Paulo, Bahia), estendendo-se logo para Goiás, Brasília, Pernambuco, Paraná. Teve por núcleo o grupo do Rio, portador das tradições da III Internacional Leninista transmitidas pela fração de Thalheimer, que romperia com Stalin sem unir-se a Trotsky. Fora o grupo do Rio que, após reunir militantes saídos do PC depois do XX Congresso e bases da juventude do PSB, articulou o desenvolvimento de outros grupos estaduais a partir de discussões sobre o reformismo do PC, o caráter do desenvolvimento capitalista brasileiro, das linhas gerais para uma política de classe em nosso país. Para a reunião constitutiva acorrem grupos marxistas das juventudes socialistas ou trabalhistas e ainda um pequeno grupo de São Paulo que se considerava "luxemburguista" (seu núcleo, extremamente sectário, irá retirar-se da PO, caracterizada por eles de oportunista).

Se havia uma unidade ideológica na crítica marxista à colaboração de classe praticada pelo PC, eram ainda muito desiguais as concepções concretas existentes acerca da alternativa possível, indo desde um dogmatismo trotskista do grupo de S. Paulo até concepções que recém rompiam com o nacionalismo, sobretudo em Minas. O seu forte é o fato de conter os elementos mais dinâmicos da intelectualidade revolucionária nesse momento. A história pela qual o núcleo leninista vai se impondo e homogeneizando a Organização revela também o tipo peculiar de leninismo que vai nos caracterizar.

as bases sociais

Predominavam na Organização nitidamente os intelectuais e estudantes, embora desde o começo a presença de alguns grupos de operários permitisse uma atividade regular na classe.

Mas é importante anotar que a PO surge, a bem dizer, fora do movimento operário e de qualquer organização de massa existente. O fato dela não ter surgido como cisão organizada do PC, de algum partido populista, ou como fração de vanguarda de alguma frente de massa, terá conseqüências no seu estilo de atuação. Se observarmos as Organizações que surgem como fração organizada de um movimento maior (os bolcheviques da social-democracia, o PC brasileiro do anarquismo, a AP da JUC, o MIR venezuelano da AD, o MIR peruano da APRA, a ALN e o MR-8 do PCB, etc.), veremos que elas se alimentam por muito tempo (o tempo necessário para que seja gerada sua dinâmica própria) da crise do movimento de onde surgem. Isso se traduz em parte no fluxo de militantes e de áreas de apoio, relações e experiências acumuladas. Mas também, por outro lado, o próprio desenvolvimento ideológico tem seu impulso inicial numa luta ideológica direta contra as velhas tendências. E! encontra aí seu referencial que será tanto mais significativo quanto mais representativo tenha sido o movimento de onde surge.

Não quero com isso idealizar a situação dessas Organizações e, no fundamental, o êxito de uma força revolucionária não depende desse fenômeno. Se eu o anoto é para chamar a atenção sobre um problema específico originado das condições nas quais surgimos.

Ainda que estivéssemos presentes no movimento de massas, era uma presença extraordinariamente desigual, sem referenciais comuns além dos princípios ideológicos gerais. Por onde pretendíamos crescer? Qual o eixo de nossa política? Não tínhamos nenhum ponto de partida evidente e teríamos antes que, nós mesmos, cavá-los. Nessas condições, não só nossa prática de massa será espontaneista. Também nossa prática ideológica o será. Porque sem saber por onde vamos nos desenvolver, não sabemos qual o eixo da luta ideológica. Combatemos o reformismo em geral, mas não centramos nos aspectos que a conjuntura mostraria como decisivos para que acumulássemos posições.

ascensão e queda do nacionalismo

A PO surge num ambiente ideológico de predomínio incontestado do nacionalismo e do reformismo. E, no entanto, no momento mesmo em que surge já se esgotavam as bases materiais que os sustentavam. Para captarmos o papel da PO naquela conjuntura será importante examinarmos como a esquerda e o movimento operário reagem ante a crise que se anuncia. Para a ideologia nacionalista, o desenvolvimento industrial do país traria sua emancipação econômica (pois ele deixaria de ser exportador de primários e importador de industrializados, segundo a divisão de trabalho imposta pelo imperialismo) e liberaria as grandes massas da miséria causada pelo atraso rural (pois industrialização implicaria mercado interno e logo «reforma agrária») e pela espoliação imperialista (dada a dependência da economia agro-exportadora). A vitória de JK em 55 expressa a vitória dessa corrente, que vai desde o PC até o PSD. O predomínio dessa ideologia é tal que desaparecem de cena as próprias categorias marxistas da exploração capitalista e da luta de classes. Constitui-se o ISEB, matriz ideológica dominante desse pensamento. Mas ainda fora dele, a problemática de sociólogos é a do «desenvolvimento», pelo qual a sociedade transitaria do «rural arcaico» para o «urbano», moderno, desenvolvido; a dos economistas é a das condições da industrialização. E para o PCB, se

trata de promover um desenvolvimento nacional autônomo e democrático, concluir a «revolução burguesa» através da eliminação dos traços feudais e semicoloniais da economia.

A crise do nacionalismo não virá porque o governo de JK abandone o projeto de acumulação industrial acelerado. Pelo contrário, ela é produto direto desse desenvolvimento, sendo o resultado a reação dos trabalhadores ao desenvolvimento capitalista industrial. A industrialização se faz evidentemente às custas de uma intensa exploração da força de trabalho. E ela, além disso, não terá nada a ver com a “emancipação nacional”, pois seus agentes principais serão os capitais estrangeiros que acorrem ao país. E finalmente, ela não toca na estrutura fundiária do país.

O ISEB se divide, ficando sua maioria apoiando o projeto desenvolvimentista com todas as suas implicações. O PC constata perplexo o aspecto «objetivamente progressista» do «desenvolvimento», mas insiste em que ele só se dará plenamente quando se liberar dos entraves semi-feudais do latifúndio e da espoliação imperialista; com isso ele permanece apoiando os aspectos positivos de JK e condenando os negativos.

Ao nível das massas podemos ver que já em 53 em S. Paulo, duas grandes manifestações tinham anunciado suas potencialidades. A primeira, mais efetiva, foi a grande greve que parou a cidade, abalou toda a estrutura sindical, deslocando os pelegos mais empedernidos e representando uma vitória para o PC que esteve à testa do movimento. Mas essa energia, que no momento ainda se projetava politicamente com uma agitação classista da «panela vazia» contra os «tubarões», foi em seguida canalizada adequadamente para o apoio aos industriais nacionais e nem sequer a estrutura sindical será mais questionada. A segunda explosão foi a da «revolução pelo voto», pela qual Jânio Quadros, com um programa moralista contra a corrupção, a inflação e os milionários, derrotou estrondosamente todo o sistema partidário existente. A partir daí ele passará a representar para grandes massas atingidas pela inflação e pelo desenvolvimento capitalista e sem consciência de sua situação, a grande esperança. Na medida, pois, em que a esquerda é incapaz de apresentar uma perspectiva de classe frente ao desenvolvimento capitalista, a própria classe se divide. Enquanto os setores sindicalmente mais sólidos tendem a apoiar o esquema desenvolvimentista dentro da ótica que lhe dá o PC - pois os reajustes freqüentes lhes defendem contra a inflação, apresentada como condição de ampliação dos empregos - os setores menos sindicalizados vão procurar proteger-se através do populismo janista que lhe promete acabar com a «ladroagem» dos «cartolas».

Assim, ao fazer a crítica classista do desenvolvimento capitalista, ao desenterrar o instrumental teórico do marxismo, num quadro de abertura de crise capitalista de um lado e de desarme ideológico geral frente a ela de outro, a PO abre um grande espaço para o seu desenvolvimento. O POR trotskista, que hegemonizava a crítica de esquerda ao nacionalismo, será rapidamente superado pela presença da PO. Avançando-se sobre o momento histórico ela terá naturalmente um grande poder de atração. Mas tem a contrapartida: surgindo numa situação de tal indigência teórica e de tal atraso político e ideológico da classe operária, nós também partimos de bases muito débeis, tendo uma enorme distância a nos separar, seja do conhecimento concreto da realidade, seja da dinâmica específica do movimento operário e popular. Tudo se jogaria sobre a nossa capacidade de unificar as energias revolucionárias que seriam desprendidas pela própria crise.

O desfecho

De 61 a 64 a crise vem à tona e exige uma decisão. A renúncia de Jânio, a tentativa de golpe, a conformação de um movimento pela legalidade e a constituição do governo Jango controlado pelo parlamento abre um período de deliberação acelerada. A burguesia não sente garantias para a continuidade do processo de acumulação diante do vulto das lutas econômicas da classe operária.

Na esquerda desencadeia-se então um processo de radicalização. A revolução cubana já passara a ser o principal estímulo e exemplo a questionar as teses reformistas tradicionais. A partir da dinâmica do movimento camponês se espalham as ligas camponesas no país, as quais servem de base para o desenvolvimento de uma variada militância que foge dos padrões reformistas vigentes. A Juventude Católica, predominante no movimento universitário, será afetada com a constituição da Ação Popular e o movimento universitário como um todo tenderá cada vez mais para a esquerda. Finalmente, do próprio PCB desprende-se o PCdoB reivindicando as posições chinesas.

Nesse período, a PO se desenvolve fundamentalmente na luta ideológica contra o reformismo dominante. Isso não quer dizer que ela estivesse ausente do movimento de massas. Pelo contrário, ela cresce atuando nos sindicatos operários, nas ligas camponesas, em movimentos de moradores e no movimento estudantil e, ao fim, entre os sargentos e marinheiros. Nos sindicatos, a luta contra a dominação ministerial era apoiada por uma atividade em todos os níveis e o recrutamento ou mesmo penetração era em geral resultado de «cursos de formação». Mas é um fato que o setor mais resistente à radicalização foi o movimento operário organizado e também aí a nossa penetração ficou marginal, não logrando ganhar posições nos setores chave. O grande aumento de combatividade da

classe, permanecendo sob controle ideológico do reformismo, manifestava-se nas lutas econômicas ou no apoio aos setores nacionalistas do governo. (Embora essa seja a atitude geral de todos os setores do movimento de massas, a verdade é que as tendências revolucionárias se desenvolveram mais fora do movimento operário).

Se caracterizamos esse período da PO de luta ideológica anti-reformista ainda que ela tenha se desenvolvido numa prática de massas é porque esta não logrou traduzir-se em avanços das posições revolucionárias e, mais ainda, que ela se fez de modo fundamentalmente espontaneísta.

Nosso desenvolvimento teórico se fez para combater as teses reformistas dominantes, mas muito pouco para ostentar nossa prática. E, do outro lado da moeda, o fato de que não era nossa prática que alimentava nosso desenvolvimento teórico só poderia reforçar os aspectos teoristas deste. A estrutura organizatória será expressão e instrumento dessa prática diletante, onde o espontaneísmo, o federalismo, o professoralismo teriam que impedir a PO de soldar num só elemento os vários que lhe constituíam e dirigir suas energias para a constituição de uma efetiva força revolucionária.

De todos os modos, a PO cresceu, embora não tivesse nem conquistado posições no movimento de massas (exceto no movimento estudantil) e nem conformado uma frente de esquerda revolucionária com as Ligas e o PCdoB como projetara. Setores mais amplos do movimento de massas foram por vezes ganhos (lideranças e bases de algumas Ligas camponesas ou de movimento de moradores e de reduzidos sindicatos), mas a verdade é que pela própria dinâmica ideológica da O. aí permaneceram periféricos e em geral se perderam de novo. Ao final de 63, a Direção Nacional toma consciência da necessidade de dar um salto no sentido de uma prática profissional e de massas. Seu órgão central, «Política Operária», até então uma revista teórica (em 62 saíra como Jornal mas apenas 3 números, em 63 saíram 4 números da revista), passaria a ser um Jornal semanal voltado para a classe operária. Sua tiragem realmente representou um grande impulso nesse sentido, a partir do começo de 64. Mas já o tempo foi curto para promover as profundas transformações que seriam necessárias.

Em março a PO realiza o seu III Congresso, onde se expressa seu crescimento mas também os impasses ante o agravamento da crise nacional. O III Congresso deveria enfim aprovar o programa, que, no entanto é julgado insuficiente. Analisando corretamente as tendências do conflito político a PO busca preparar-se para enfrentar seu desfecho, discutindo as formas de trabalho com as demais forças de esquerda.

Os delegados nem bem haviam chegado de volta quando os generais golpistas depõem Jango e encerram esse período.

b) Face à crise do reformismo

O golpe de abril encerra toda uma etapa da história brasileira. Mas, no seu momento, esse caráter de irreversibilidade não era ainda evidente. Porque, afinal de contas, a ditadura militar se constituiu em meio a uma intensa crise econômica e política. A diferença é que antes a crise era conseqüência de um equilíbrio de forças que paralisava o país («equilíbrio de forças» não quer dizer necessariamente que as classes antagônicas dispunham de força igual para a defesa de seus interesses, mas pode significar simplesmente que as posições conquistadas pelas classes dominadas impeçam a execução dos programas necessários para o desenvolvimento do regime). Agora, após a vitória política da contra-revolução, a crise já era comandada pela ditadura no sentido da recuperação das condições de acumulação do capital.

Face ao golpe, os aparelhos reformistas caíram como um castelo de cartas e a perplexidade e a debandada dos dirigentes não será mais que a expressão da miséria de suas concepções. Abre-se um período de crise profunda de seus aparatos, particularmente do PCB. Os setores combativos passam a voltar-se crescentemente para as forças da esquerda revolucionária. É grande assim nesse momento o poder de atração da PO, que já havia apontado o destino da colaboração de classes. Se há alguns meses antes o monopólio reformista no movimento de massas lhe relegava a um papel de crítico de esquerda, agora a própria realidade lhe punha diante de tarefas que ultrapassavam de muito suas capacidades. Ressaltava, sobretudo a defasagem entre o caráter amadorista da Organização e o lugar objetivo que ela passava a ocupar, com a crise do reformismo. Embora evidentemente não se tratava de que as massas do reformismo se passavam para a esquerda revolucionária, o fato é que teremos núcleos inteiros de marinheiros, cabos, sargentos, buscando-nos para organizar uma luta armada contra o regime; algumas bases pioneiras do PC que começavam a questionar a linha e se dispunham a uma prática comum; grandes setores da juventude estudantil que se incorporam à luta política a partir das políticas revolucionárias. O que fazemos para vencer a distância e para começar a assumir a condução das lutas?

o foco guerrilheiro

Logo após o golpe, reunindo militantes passados à clandestinidade e núcleos de marinheiros e fuzileiros navais que se dispunham à luta, a direção procura organizar as bases para um foco guerrilheiro e, ao mesmo tempo, para a atividade conspirativa no interior das FFAA. Poucos meses depois, a partir de uma infiltração, a quase totalidade dos quadros investidos nessa tarefa cai presa. Mas essas perdas não se revelaram irreparáveis. De um lado, o conhecimento de que a PO organizava uma resistência armada lhe faz aumentar a audiência e o respeito. De outro, pelas condições legais do momento, após o período «normal» das torturas, as denúncias e campanhas feitas lograram que, pelo fim do ano, todos já esperassem o julgamento em liberdade, podendo voltar à clandestinidade.

Naquele clima de crise nacional, a idéia de uma luta armada contra o regime não aparecia como um projeto de minorias extremistas, mas apenas como a iniciativa de uma vanguarda capacitada que servisse de catalisador de uma enorme energia das massas batidas e dispersadas. Brizola e o núcleo nacionalista estimulavam tal resistência, mas fundavam seus projetos em levantes armados a partir de setores da própria oficialidade do sul. A base ativa para qualquer empresa do gênero era constituída pelos sub-oficiais, soldados e marinheiros expurgados das FFAA e passados à clandestinidade. O CN retoma em 65 o projeto foquista, opondo às concepções brizolistas as de Guevara: um foco guerrilheiro como catalisador para uma luta insurrecional. Dependendo-se mutuamente, a PO e os nacionalistas chegam a acordos para o apoio aos dois projetos e à agitação comum. O fato é que o apoio nacionalista jamais chegou sob a forma de recursos para a instalação do foco e, de outro lado, os sucessivos alertas para iminentes levantes no sul paralisavam sistematicamente a preparação da guerrilha. Em suma, os dois projetos na prática não se apoiavam, mas se excluía, disputando-se uma base comum.

Avaliando hoje as condições daquele projeto de guerrilha, podemos ver que lhe guiava a típica ingenuidade voluntarista do foquismo, que espera o desenvolvimento espontâneo das massas, teleguiado por sua vanguarda iluminada. Apesar de que realmente existia no país uma grande reserva de massas descontentes, elas se encontravam desorganizadas e desorientadas e nós nem tínhamos uma política para sua organização e orientação.

Além disso, a correção que se faz das improvisações e falta de segurança havidos em 64 nos empurra para uma concepção puramente aparatista: enquanto a maioria da O. - de recente origem estudantil, ainda desorientados face às perspectivas e bastante instáveis de ânimo, sob influência de setores da direção que resistiam surdamente à concepção mesma da guerrilha - aceita muito a contragosto as demandas de quadros e recursos para o setor militar, um setor especializado e compartimentado sob direção direta do CN segue os preparativos. Tal desvinculamento no interior de uma O. ainda tão heterogênea e fluida, levará ao esvaziamento gradual desse setor, com o abandono de quadros mal formados e desanimados com sua prática, sem ver ligação entre o que preparavam na conspiração e o que se passava na realidade do país. No começo de 66, a direção faz o balanço dos recursos políticos e materiais para a guerrilha e decide que ela deve ser vista num prazo mais longo, constatação que não vai ao fundo de nenhuma das concepções que lhe haviam presidido. Por outro lado, a concepção de um foco guerrilheiro, catalisador de uma luta insurrecional, permanece como uma peça chave na arquitetura teórica da nossa estratégia, ocupando um lugar que sem ele ficaria vazio.

a reanimação do movimento de massas

É bastante desigual o ritmo da reanimação do movimento de massas. Os setores da classe operária que haviam sido o centro das lutas até o golpe - e que eram também a base principal do reformismo - permanecem mais tempo inativos, incapazes de adaptar-se às novas condições. Em novas áreas - cidade industrial de Contagem, em Osasco, no ABC paulista, todas de grande concentração metalúrgica - inicia-se uma nova aglutinação, com novos líderes e tendo por base uma organização nas próprias empresas. Mas, pelas condições de repressão, da intensa luta pela própria sobrevivência de uma classe sobre a qual é despejado todo o peso da crise, e do peso anterior do reformismo, tal processo é lento e silencioso por um bom tempo. No campo, onde a repressão fora a mais violenta, também não se notará logo nenhum movimento. Onde a reação à ditadura toma vulto primeiro é entre a intelectualidade e o movimento estudantil.

Em 66, enquanto a esperança da oposição burguesa nas possibilidades legais se desfazia com a promulgação do Ato 2, posterior às eleições de outubro de 65, um movimento contra a ditadura nucleado pelo movimento estudantil ganha impulso.

Na PO, por outro lado, o esvaziamento do trabalho militar se compensava por seu desenvolvimento no meio estudantil. Mas esse crescimento traz consigo uma polêmica que revelava seus impasses.

Desde 65, atentando para o caráter democrático que assumia a oposição política ao regime, vários companheiros propõem que a PO assumisse essa luta como meio de ligar-se ao movimento tal como se dava. Sua formulação tática se sintetizava na «luta por uma assembléia constituinte» enquanto objetivo mais radical da luta democrática. Apoiando-se nos problemas reais colocados pela dinâmica

do movimento estudantil, esses companheiros roçavam pelas questões candentes dos nossos silêncios sobre a tática. Mas sem terem clareza tampouco sobre tal questão, e ainda mais, sem firmeza sobre o caráter proletário socialista de um processo revolucionário no Brasil, deslocam essa discussão para o campo da estratégia e do programa. A defesa da palavra de ordem da Constituinte aparecia como fórmula de toda uma «etapa» da revolução, de tipo nacional e democrático. Além disso, a própria tática é assumida inteira na sua formulação pequeno-burguesa: a luta da pequena-burguesia deveria abrir as portas para uma futura entrada em cena do proletariado.

Essa tendência, majoritária em Minas (e que se aproximava das posições então assumidas pela AP, que lançara o «Movimento contra a Ditadura»), será combatida violentamente pelo Comitê Nacional. Na medida em que ela dera um caráter estratégico à luta democrática, não nos foi difícil apontar seus desvios etapistas e populistas. Opusemos então uma estratégia socialista à estratégia democrática, mas escamoteamos as questões táticas.

Tal discussão é importante porque será frente ao democratismo pequeno burguês, que passará a dominar a oposição ao regime, que culminaremos o principal de nossa elaboração teórica. E será com essa base que enfrentamos a profunda crise ideológica e a reaglutinação que se faz em 67.

No Pleno Nacional de abril de 66 (que reúne, além do Comitê Nacional, os delegados de cada Secretariado Regional) a direção se apresenta com o primeiro capítulo do «Aonde Vamos?», elaborado por Ernesto Martins. Ele expressa a consciência da necessidade de formular os princípios de uma política classista. Na própria reunião são aprovadas as «Teses de Tiradentes», que definem a conformação de um movimento operário independente como o objetivo central da O. ao qual se subordinam a guerrilha, a agitação e a intervenção nas lutas parciais, as alianças.

Ainda em 66 saem mais duas partes do «Aonde Vamos» e a ativação ideológica interna na PO se faz em torno à polêmica entre o CN e a SR de Minas sobre a constituinte. Além disso, nesse período a O. edita uma pequena folha mimeografada semanal - o «Informe Nacional» - que respondendo às questões do momento a partir das suas posições básicas, amplia a sua influência política. Em setembro de 66, a agitação estudantil tem um primeiro auge nas passeatas realizadas em torno à palavra de ordem «abaixo a ditadura». Apesar de todas suas limitações, essa agitação foi expressão de alta disposição de luta e potencialidade do movimento estudantil. Tivemos participação destacada nessas jornadas, mas é hoje claro que a ausência de uma perspectiva concreta para elas nos reservou em seguida um papel de críticos do agitaçãoismo populista da AP que, esta sim, tinha uma alternativa política para aquele movimento político.

Em 67 o movimento estudantil entra num provisório refluxo, mais aparente que real, pois trava uma série de lutas específicas que transformarão as passeatas de vanguarda de 66 nas grandes lutas de 68. No movimento operário, em torno às lutas contra o arrocho e contra a revogação da estabilidade no emprego, prosseguia-se um lento ascenso.

a reorganização da esquerda

As transformações mais importantes desse ano se dão no interior da própria esquerda. A crise que minava o PCB, ativada pela incapacidade da direção de responder às novas condições e pela atuação dos grupos revolucionários, acelera-se com o anúncio do Congresso para aquele ano. Apoiando a velha direção permanecem apenas setores mais inativos e insignificantes. Duas grandes tendências se desenham na oposição: a «Corrente», liderada pelos elementos de esquerda do CC do PCB e que guardavam ainda aspectos da concepção etapista vigente; e a «Dissidência», composta, sobretudo dos setores universitários e secundaristas que, em sua maioria, aderiam a uma estratégia de revolução socialista. Nossa influência sobre setores dessa será grande até os fins de 67.

Na medida em que a luta ideológica contra o oportunismo pecebista levou a discussão para o campo da caracterização geral da sociedade brasileira e do processo revolucionário, a PO marcou pontos e os setores que se apegavam a elementos da concepção de revolução «popular», «antiimperialista», e não socialista, ficaram na defensiva. Até que o debrayismo e as teses da OLAS mudaram todo o campo da discussão.

É interessante se ver que a chegada de «Revolução na Revolução?» no Brasil foi muito bem recebida pela direção da PO que realizara mesmo sua primeira edição no país. Mesmo não compartilhando as simplificações e algumas investidas abertas de Debray ao leninismo, nós julgamos que ele exerceria uma influência positiva num ambiente - interno e externo - anti-guerrilheirista que procurávamos vencer.

De início, um grupo de S. Paulo, que se havia caracterizado justamente por um grande dinamismo no trabalho de massas, insatisfeito ante as tendências burocratistas presentes na Organização e ante os impasses na organização da classe, termina por agarrar-se ao texto de Debray buscando tirar-lhe todas as conseqüências. Tomando por objetivo a constituição de um comando político-militar dentro

da visão debraysta, constituem-se como fração clandestina e passam a reunir quadros para seu projeto. Elementos que haviam cindido a O. em 66, mas que haviam sido incapazes de definir qualquer alternativa e que permaneciam periféricos, serão aglutinados agora pelo projeto foquista.

O Comitê Nacional vai para o Congresso (o IV), em setembro de 67, para enfrentar a discussão sobre o caráter da revolução. Contra seu projeto de Programa Socialista para o Brasil, se apresentavam outros dois: um de libertação nacional, pregando uma estratégia de guerra prolongada no campo, apresentado por uma minoria do Rio; outro de Revolução Democrática e Nacional, apresentado pelo SR de Minas. Um terceiro projeto, anunciado pela minoria de S. Paulo e que mantinha a caracterização socialista da revolução, não chega a ser apresentado. Em seu lugar, o núcleo de S. Paulo recém ganho pelo foquismo apresenta um conjunto de teses que se limitavam a transcrever as posições da OLAS» (reunida em agosto em Havana), logrando com isso aglutinar as outras tendências de oposição. Os partidários do PSB vencem por 16 a 14. Os derrotados e suas bases se retirarão em seguida, reduzindo a PO a cerca da metade de seus efetivos.

A Declaração Política do IV Congresso já procura enfrentar as questões ao nível mais imediato como colocadas pelo foquismo e aponta para a necessidade de uma organização de combate da classe operária, nos termos do "Que Fazer?". Mas é bom se ver que a crítica aos foquistas é apenas uma crítica às suas aberrações e não ao núcleo de suas concepções.

De qualquer modo era evidente que, diante da iminente divisão do PC e da crise geral da esquerda; diante da crise política do país; a maioria dos militantes buscava uma alternativa «prática», que apontasse um caminho concreto. E embora a PO tivesse se caracterizado por um discurso proletário, tinha sido incapaz de gerar qualquer dinâmica nesse sentido e suas bases operárias e suas frentes de trabalho na classe não chegavam a apontar uma alternativa; por isso nossas diretrizes para o trabalho na classe também se mantinham num alto nível de generalidade. (É verdade que o «Formar a vanguarda proletária — a linha estratégica de nossa Organização» foi, para a época, um grande avanço tendo em vista o nível em que a esquerda revolucionária tratava ainda o movimento operário).

Nossa influência se fazia principalmente no movimento estudantil. Será que e só pelo atraso da nossa classe operária? Certamente que não e cabe examinar o que passou com o trabalho em várias frentes operárias importantes que foram perdidas. É verdade que as bases operárias que se desprendiam do reformismo eram mais atrasadas ao nível das «definições» político-ideológicas. E nós, preocupados, sobretudo com essas definições, mesmo sem o querer, permanecemos num universo em que sempre seria mais fácil nos encontrar com as bases estudantis.

A partir do IV Congresso quisemos superar essa lacuna e a O. se lançou por inteira nas frentes operárias. A O. não havia pensado ainda na raiz das suas inconseqüências mas naquelas circunstâncias a «ida em massa» para as fábricas e bairros operários teria que produzir alguns efeitos.

Enquanto isso, as coisas se decidiam no «racha» do PCB. Como na PO, o foquismo se introduz e muda os termos do debate embora nós não soubéssemos avaliar o seu significado e continuávamos avaliando as forças em função de como caracterizavam a revolução brasileira.

Aqui agora, importa reter que o impacto do foquismo e mais a divisão interna vão diminuir em muito as forças da PO no momento de reaglutinação da esquerda e às vésperas da conjuntura decisiva de 68. Afinal, só a Dissidência do Rio Grande do Sul (que, é verdade, tinha ganhado o conjunto do PC naquele estado) vinha juntar-se a nós. A Dissidência da Guanabara, que tinha estado muito próxima, se afastará e irá permanecer dividida entre a atração exercida pela Corrente, a atuação semi-espontaneista no movimento estudantil e a atração do foquismo.

c) Os anos decisivos (68-69)

O ano de 68 efetivamente presencia uma conjuntura decisiva no desenvolvimento das lutas de classe no país. As contradições sociais acumuladas pelo processo de crise-recuperação capitalista irão se expressar condensadamente nesse ano. A oposição burguesa configurada na Frente Ampla (que se constituirá em outubro de 66) irá passar a um segundo plano diante da radicalidade das opções e esse recuo deixará o PC - já alquebrado pela perda de suas bases mais atuantes - órfão e perdido. Será o ME o elemento nodal das oposições à ditadura nesse ano. Quando a repressão militar assassina um estudante no Calabouço, desencadeia uma reação estudantil que passará a articular o protesto das amplas camadas da pequena-burguesia urbana e setores do proletariado. As passeatas por todo o país são a expressão desse protesto social. Depois, faculdades serão ocupadas e serão - como a Filosofia em S. Paulo - o centro da agitação contra o regime e de apoio às lutas operárias. Mas os sintomas mais profundos da potencialidade dessa oposição são as greves operárias que nesse ano se realizam contra as leis e a polícia da ditadura. Desde o segundo semestre de 67 as lutas econômicas já vinham articulando, de um lado as direções sindicais mais combativas, de outro as oposições sindicais. Em outubro os metalúrgicos de S. Paulo, Osasco e Guarulhos enfrentam juntos a campanha salarial. Em

novembro, se constitui o Movimento Inter-Sindical Anti-arrocho (MIA), com as direções sindicais que se dispunham a tal luta (na verdade, bastante heterogêneo e a maioria não ia além de «campanhas» de abaixo-assinados; mas sua esquerda já trabalha na perspectiva das greves e das comissões de empresa). Em novembro a esquerda do MIA em Porto Alegre realiza uma passeata contra o arrocho e a ditadura. Em 68, 18 de abril, estoura a greve de Contagem, com ocupação das fábricas contra toda a legislação repressiva, mantendo-se por mais de uma semana. No 1º de maio, em S. Paulo, os setores combativos da classe destroem o palanque onde os pelegos, os reformistas realizariam uma manifestação com as autoridades do regime. Suas palavras de ordem: Abaixo o arrocho, greve geral contra o arrocho, abaixo a ditadura dos patrões. 16 de julho será a vez de Osasco: greve com ocupação das fábricas, enfrentando a repressão mais violenta do Exército. Em agosto ainda, nova greve em Contagem. Em torno dessas ações, se desenvolvem novas organizações nas fábricas, oposições sindicais e campanhas salariais mais combativas.

Em dezembro, a ditadura militar vence suas divisões e vacilações e dá um novo golpe de força, impondo à própria burguesia sua solução. Com a edição do AI-5 e a onda repressiva que se lhe segue, os setores de vanguarda do movimento de massas serão cortados de sua retaguarda, ainda majoritária, que apenas começava a por-se em movimento.

Nos anos de 68 e 69, a PO chama seu V Congresso. Nele também estaria presentes os delegados da Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul. Pois previamente ambas O.s já haviam decidido fundir-se. Aí funda-se o POC. Este Congresso pouco avança em relação ao IV, apenas reforça a disposição de lançar-se ao movimento operário de modo profissional; de passar da fase propagandista para a fase partidária, buscando organizar a luta proletária.

Já antes do Congresso de fundação, um «Ativo Operário» com delegados das duas O.s havia trocado experiências e estabelecido diretrizes para a atividade sindical e de fábrica. Daí surgem as linhas relativas à preparação das greves contra o arrocho e à perspectiva da greve geral; da organização dos comitês de empresa como base do trabalho (que concretiza uma linha muito anterior da organização das oposições sindicais na perspectiva da luta pela libertação dos sindicatos do controle ministerial).

O Congresso de fundação do POC altera também sua plataforma para o chamado à Frente de Esquerda Revolucionária (FER). Até então, a FER era vista como um passo no caminho da construção do Partido revolucionário e os pontos em torno aos quais a PO chamava à unidade eram de caráter estratégico: a defesa do caráter socialista da revolução, da hegemonia do proletariado, e da luta por uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo, da constituição de um Partido leninista, da luta armada e da guerrilha, da tarefa da organização autônoma da classe e da agitação revolucionária. Considerando que agora o fundamental era a unidade em torno a uma plataforma de lutas, o POC centrará sua preocupação na constituição de uma «frente única proletária», em torno da luta pelos comitês de empresa, pelas greves contra o arrocho, pela liberdade sindical.

A eclosão das lutas em 68 produzirá um enorme entusiasmo nos militantes do POC. Elas serviam de um lado na argumentação contra os foquistas (que negavam a possibilidade de luta de massas), de outro contra os que se limitavam à luta legal. O POC cresce com o movimento das lutas. Cresce no movimento estudantil embora de modo desigual: enquanto em S. Paulo, Paraná, Bahia terá um peso destacado nas lutas, no Rio permanecerá como um pequeno grupo e no Rio Grande do Sul mantém-se estagnado. Se na primeira greve de Contagem, seu núcleo operário mostra-se incapaz de agir como vanguarda, os balanços e correções feitos reorientando a prática local, levam a se por na direção da organização dos comitês de fábrica que farão eclodir a segunda greve (ao lado da Corrente, da AP e da COLINA). Se no 1º de maio vermelho de S. Paulo, os militantes do POC atuaram a reboque dos acontecimentos, isso se deverá às características da luta ideológica na esquerda: o sectarismo mútuo fazia com que os organizadores da ação procurassem mesmo marginalizar os «concorrentes». Tal relação era particularmente viva em Osasco, onde seu núcleo de vanguarda se ligava à cisão foquista da PO. Ainda assim, o POC esteve atuante na greve, dirigirá a paralisação de uma fábrica menor, apesar de ter uma base limitada em Osasco. Fazia distribuir um boletim diário com a cidade ocupada e articulava um segundo comitê de greve com a prisão dos líderes do primeiro. Além disso, crescemos em diversas oposições sindicais e, embora no voluntarismo de querer desencadear greves por toda a parte e «preparar a greve geral», os militantes foram aprendendo as particularidades da luta operária.

Que perspectiva política nos guiava naquela conjuntura? No fundo daquele voluntarismo da luta operária «contra o arrocho e a ditadura dos patrões», repousava uma indisfarçável concepção gradualista: essa reanimação do movimento operário se somaria à dos trabalhadores do campo, a O. se reforçaria, incapaz de resolver seus problemas de fundo a ditadura seguiria instável, passaríamos das greves à guerrilha até a insurreição. Dizíamos que aquele momento de vacilação seria vencido: que a ditadura teria que escolher entre a «abertura» ou um novo endurecimento. Mas não víamos como uma dessas opções afetaria esse desenvolvimento irresistível do movimento de massas: aí o gradualismo.

Os diferentes elementos de nossa prática diária se articulavam idealmente em função de nossa «linha estratégica»: eram, como gostava de dizer o camarada E. Martins, peças de um mosaico que estávamos montando. Mas como esses elementos eram também peças de outro mosaico - não aquele que tínhamos na cabeça, mas o da conjuntura presente que vivíamos - disso não tínhamos ideia. De que modo se articulavam no mosaico do presente as nossas ações e as outras da esquerda e as de todo o movimento social e da ditadura? E é significativo que quase toda a discussão ideológica que se travou na esquerda nesse momento foi uma fuga em relação ao momento: discutia-se o lugar das greves, das lutas de rua, do foco, da propaganda armada, da insurreição, na estratégia da guerra revolucionária. Mas essa polêmica acerca dos desdobramentos supostos da luta presente ofuscou a discussão necessária acerca da articulação daquelas lutas de vanguarda na situação do conjunto do país. É flagrante a despreocupação havida pelas condições de incorporar os setores mais atrasados das massas para as lutas naquela conjuntura.

a cisão no POC

Todas as deficiências tendem a ser encobertas no ascenso de 68, quando as energias existentes compensavam com saldos as perdas produzidas pelos erros partidários. Com o refluxo profundo que se seguirá ao AI-5 a crise partidária se torna evidente. E será ainda realçada pelo contraste com a "esquerda armada", que pelo contrário, compensava o refluxo de massas pela eficiência do aparato. As frentes de trabalho recém abertas se perderão gradativamente.

Mas nem sequer tivemos consciência da natureza dos erros cometidos. As atenções se voltarão para os mais crassos, para a incapacidade organizativa. O crescimento em 68 se devera à disposição militante presente na maioria da O., mas já se afrontara com debilidades que traíam um diletantismo não vencido e que se amplificava pelas exigências do momento. Para não dar mais que um exemplo, a O. não lograra sequer montar um aparato de imprensa que respondesse às necessidades de um periódico nacional, nem reunir centralmente uma projetada coordenação nacional para o trabalho operário.

Com o AI-5 então a Direção se paralisa, mesmo politicamente. Fundados em que o regime não possuía base social e em que a retomada econômica teria fôlego curto, julgávamos que o endurecimento militar não conseguiria se estabilizar. Nesse sentido, víamos o refluxo de massas mais como um fenômeno passageiro.

Em julho de 69, num Pleno Nacional, manifestava-se pela primeira vez uma oposição articulada à maioria da Direção. Sua tentativa de fugir às responsabilidades compartilhadas - eram uns e outros da direção nacional - e o clima de pequenas intrigas não foi mais que a expressão da incapacidade geral de enfrentar os impasses reais. As críticas levantadas, no entanto, vão roçar por eles. Essa oposição - não unificada num princípio - começa atacando o burocratismo e a paralisia, propondo uma luta ideológica contra o conservadorismo e o estabelecimento de uma política de organização que estipule claramente as prioridades a enfrentar. A resposta dos que expressam o velho núcleo da PO já perdera o poder de argumentação, pelo peso da repetição inconseqüente: consistia num chamado para que se enfrentasse o ponto fraco, a tarefa fundamental: a penetração na classe operária.

Nas bases do POC fazia-se sentir o peso dos êxitos aparentes da «frente armada». Afinal, mesmo se suas concepções globais e a ingenuidade com que pensavam afrontar o regime não atraíssem a grande maioria dos quadros, o fato é que também o POC se dispunha a enfrentar as tarefas da guerra revolucionária. Os militaristas mostravam um êxito na sua linha que não se comparava com nossos impasses na nossa. E na medida em que o refluxo operário não parecia tão provisório assim, o aceleração das tarefas militares parecia ser a única forma de acelerar o próprio funcionamento partidário emperrado. Daí, o grande peso da VAR sobre muitas bases do POC. Quando o principal dirigente do velho núcleo da PO resolve retirar-se da direção, mesmo contando ainda com a maioria no órgão, revela a falta de perspectivas que lhe dominava e deixará seus seguidores igualmente desorientados. Enfrentando-se a uma oposição majoritária numa luta interna onde perdia suas energias, o que restará do velho núcleo da PO se decide por tomar a iniciativa da cisão.

d) O impulso obreirista da nova po (70-72)

Vista do exterior, pareceria incompreensível a transformação operada naquele núcleo da PO quando ele dá o passo da cisão e constitui a nova Organização; da paralisia política, do burocratismo organizatório e defensiva ideológica, ela passa a um grande dinamismo em todos os níveis, ligado a uma prática centrada fundamentalmente em áreas estratégicas de concentração operária. Mas é que, ao «liberar-nos» do aparato político-ideológico do POC, nós mudamos nossa própria problemática. A tendência que então predomina não é a da reconstituição de um núcleo ideológico a partir da «defesa das nossas posições básicas», o que naquelas circunstâncias teria significado a liquidação ingloria do

grupo. A tendência que rapidamente lhe dará coesão é a que aponta para a perspectiva da fusão real com as vanguardas da classe, transformando o discurso classista numa prática classista.

Partindo de algumas frentes operárias, a PO volta todos os seus recursos humanos e materiais para o seu desenvolvimento nos níveis sindical e político. Nesse momento a prática obreirista irá cancelar empiricamente nosso doutrinário, ao impulsionar a O. no sentido de uma política fundada na dinâmica objetiva da classe e do enfrentamento profissional das tarefas. Tomando como ponto de partida as lideranças da classe tais como se apresentavam, a PO edita seu jornal em função delas, concentra seus quadros nas áreas onde elas se concentram e aí constitui seus aparelhos. Na organização das campanhas de agitação e das lutas locais, de reuniões de diferentes grupos operários, vamos fazendo da prática da luta operária o elemento central da vida da O.

Para aqueles militantes que meses antes se sentiam acuados pela ofensiva ideológica de uma oposição majoritária, seus pequenos logros eram agora amplificados em comparação com a rápida perda de fôlego do POC e os impasses já evidentes da Frente Armada. Contra a corrente ideológica que domina a esquerda, afirmávamos convictos que a esquerda revolucionária deveria se transformar em uma esquerda proletária.

Mas as condições em 70 já eram as mais difíceis desde o estabelecimento da ditadura militar. A expansão econômica neutralizava crescentes camadas da pequena-burguesia que antes constituíam base de apoio da esquerda. Os aparelhos de repressão torturavam e liquidavam impunemente os militantes de esquerda que apanhavam. A propaganda de Médici não tinha contrapartida legal e as páginas de todos os grandes meios de comunicação (exceção honrosa para O Pasquim...) eram só para o «ninguém segura esse país». Os trabalhadores sofriam o desemprego e os salários de fome sem alternativas à mão. Se ainda em 70 pudemos nos basear nos grupos operários de vanguarda (que haviam passado pela esquerda revolucionária e dessa passagem haviam guardado uma perspectiva anticapitalista e ao mesmo tempo uma desconfiança em relação às vanguardas exteriores à classe, e que mantinham então uma atividade autônoma frente ao sindicalismo pelego), o refluxo da classe vai fazer com que no correr de 71 esses grupos tendam a diluir-se. Sem condições de reagir enquanto classe, o proletariado se pulveriza nas reações individuais de sobrevivência, buscando acomodar-se dentro do sistema. Incapaz de enfrentar o despotismo patronal e as leis irrecorríveis da super-exploração, resta ao operário encaminhar a mulher e os filhos para os empregos que surjam, fazer as horas extras que lhe ofereçam e, quando possível, qualificar-se para se defender melhor. Lentamente esse processo desintegrador vai minando as lideranças sindicais da classe e então para a própria PO a perspectiva de êxitos a curto prazo ficará cancelada.

No fim de 70 um núcleo minoritário de uma seção rompe com a PO em torno de questões secundárias da organização da classe e da vanguarda (esse núcleo, que se constitui em «Fração Bolchevique da Política Operária» e que em 76 constituirá o MEP, conhecerá um grande dinamismo em 71 e nos anos de 72 em diante, enquanto a PO se enrascava em seus impasses, abrirá uma perspectiva de superação do doutrinário).

o refluxo político e a penetração na classe

E, no entanto, a PO naquela fase necessitava de êxitos a curto prazo. Não havendo enfrentado a discussão de fundo de 69, tendo sobre a cabeça a sombra de sua derrota político-ideológica na condução do POC, ela fundava sua coesão e dinamismo num ímpeto obreirista que se realimentava com o aumento de sua influência sobre as lideranças da classe. Conscientes do desgaste interno e do círculo vicioso a que levaria de novo uma discussão no interior da velha problemática teoricista, havíamos definido a necessidade de, primeiro «por o motor em funcionamento»; ou seja, colocar na prática o conjunto da O. em função da mobilização da classe. Mas não tínhamos ideia então da profundidade do refluxo existente.

Em fins de 70 o CN se dá conta de que o refluxo do movimento operário era mais profundo do que o previsto. As lideranças da classe expressas nos «grupos operários independentes» refluem na mesma medida da classe e passam a concentrar-se na atividade sindical. Consciente de que deveria estar onde estavam as lideranças da classe, a PO dá uma atenção especial à atividade sindical e define sua tarefa como de criar canais para a expressão da potencialidade revolucionária da classe.

Carente de meios, as parcelas mais combativas da classe se encontrarão nos sindicatos, nas pastorais organizadas por setores progressistas do clero e outros organismos legais. É claro que o recuo nos meios de expressão acaba implicando (ou já é o produto) de um recuo no próprio conteúdo da ação. Acompanhar esse movimento de recuo da classe não constitui em si mesmo um desvio. Pelo contrário, é a única forma de encontrar uma linha de atuação que a faça avançar a partir de suas condições reais. O fato de ir até lá e não permanecer papagueando acerca das «formas superiores de luta» é o que lhes permitirá constituir uma base política mínima e manter a continuidade da O. quando quem permaneceu nas tentações do vanguardismo terminou por se desfazer aos poucos.

O problema é que ao lado desse requisito elementar de «ir à classe» e impulsionar suas formas de organização e resistência, faltou qualquer política que apontasse os objetivos revolucionários.

Ao fim de 71, na II Conferência Nacional, a PO aprova o Plano Tático de Construção Partidária, que busca sistematizar seu plano de penetração na classe. Seguindo à tradição da velha PO, a estratégia da «penetração na classe» aparece desvinculada e precedendo a estratégia de luta contra o regime. É significativo que o PTCP não contenha nenhuma referência à luta contra a ditadura. Aonde não segue a velha tradição é na tentativa de elaborar um plano concreto que guie a atuação do conjunto da O.

Ao mesmo tempo em que era elaborado o PTCP desenvolvia-se uma elaboração que sistematizava as experiências do trabalho legal — ou seja, do aproveitamento das brechas legais para a organização elementar da classe. Pouco depois de aprovado o PTCP, o CN o complementa com uma tese sobre o trabalho legal, considerado como a forma principal de atividade, na esteira do qual se ergueria a construção clandestina da vanguarda. Tal formulação já dá bem a medida dos impasses do espontaneísmo obreirista naquela conjuntura de baixa: tal política só poderia diluir qualquer objetivo revolucionário.

Mas é significativo que as críticas que surgirão no interior da O. nesse momento irão centrar-se nos aspectos voluntaristas do PTCP — sua esperança de constituir «bases vermelhas» graças à nossa intervenção junto a uma classe que, logo, mostraria suas potencialidades, quando dispusesse de canais de expressão que nós ajudaríamos a criar. Esmagada pela conjuntura de baixa, pela correlação de forças extraordinariamente desfavorável, a PO não produz em seu interior uma autêntica «crítica de esquerda». E o justo é dizer que nem fora da PO, no Brasil, não havia uma alternativa de esquerda, na medida em que as proposições nesse sentido - produzidas pelas O.s que recuavam da Frente Armada tentando corrigir seus erros no interior da mesma problemática - mostravam sua cegueira para a conjuntura real do movimento operário.

O que vai crescendo na O. é uma crítica de direita, que desemboca, como alternativa prática, nas proposições de proteção dos quadros de direção, recuo para uma atividade de «resistência ideológica» em lugar do trabalho de massas.

e) A paralisia política de 72 a 74

Quando a repressão atinge setores vitais da O. vai afetar diretamente o núcleo responsável pela política do PTCP e permitir a ascensão de um setor «anti-voluntarista» que estabelece a prioridade para a sobrevivência política da O. Na verdade, trata-se de um compromisso entre as duas tendências, expresso na manutenção do PTCP, mas apenas como «referencial» indefinido, já fora da conjuntura, e nas medidas tendentes a assegurar a sobrevivência política. Estas consistiriam em medidas de segurança de um lado e na abertura da discussão interna de outro, para retomar o fio político da O. Se vê que é um compromisso no qual os partidários do PTCP concederam no fundamental; a orientação central da O. já não mais se refere à penetração na classe. E, no entanto, nessa falta de diretrizes políticas, as bases que haviam avançado nesse sentido manterão um trabalho externo que afinal foi a real garantia da continuidade política da PO.

Nesse período, a prática externa fica ao sabor das iniciativas das diferentes bases, não há jornal nem qualquer órgão político central. A pretendida discussão interna não avança por ausência de referencial concreto. Como alguns companheiros haviam - na II Conferência - protestado contra a falta de uma análise da conjuntura e o conseqüente empirismo da tática, o CN resolve que a discussão interna se faria em tomo à caracterização da conjuntura, a começar pela situação internacional. Enquanto alguns quadros preparam teses nesse sentido, evidentemente a problemática concreta da O. provoca outras discussões, adiadas administrativamente para não prejudicar o calendário previsto.

a «tendência crítica»

Nesse processo de desgaste da direção vai se desenvolvendo uma terceira tendência, a chamada «tendência crítica», que parte de uma crítica metodológica ao PTCP. Rompendo com a problemática do PTCP e anunciando uma crítica de fundo da prática vigente, a tendência crítica se transforma no pólo dinâmico dentro da O. Mas no emaranhado das longas exposições teóricas, pontilhadas de categorias de difícil digestão, suas alternativas propriamente práticas demoraram em aparecer. Ela iniciava por apontar a ausência das categorias de «conjuntura» e de «tática» no PTCP e por mostrar que, por isso, a PO aplica a estratégia de maneira gradualista.

Mas ao introduzir as categorias de conjuntura e tática, a «tendência crítica» as introduz ao lado de uma problemática estranha que terminará por negá-las. Eles se perguntam se naquela conjuntura haveria condições para a penetração na classe operária, para que se avance no caminho da construção partidária e para uma linha de massas. E respondem que não a todas essas questões.

Porque o isolamento das lutas é um «dado» da situação que não se alterará pela vontade dos revolucionários. E como consideram que a penetração na classe operária só existe quando a vanguarda comunista faz penetrar no movimento espontâneo as «posições globais da vanguarda», concluem que não existem condições para a penetração na classe nem, portanto, para uma linha de massas. Que tal absurdo tenha podido prevalecer numa O. que tinha se esforçado tanto para manter uma atividade sistemática ligada à reorganização da classe, só pode se explicar pelos impasses dessa atividade e pelo extremo refluxo em que se encontrava o movimento de massas. Mas na medida em que a PO havia pensado a penetração na classe como simples crescimento de suas ligações com a massa, a crítica de princípio que agora era feita causava certo impacto. Como alternativa prática aparecia a linha de criar as condições prévias nessa conjuntura para a penetração e construção partidária na outra conjuntura, aproximando-se e aglutinando os operários mais avançados.

Em 74, na medida em que no próprio movimento de massas inicia-se um processo de reanimação - campanhas salariais, oposições sindicais no movimento operário; e um processo de lutas específicas e agitação democrática no movimento estudantil - a paralisia em que se encontra a direção já se torna insustentável. No Pleno Deliberativo que se realiza no início do segundo semestre, são vitoriosas as teses da «tendência crítica» e processa-se uma alteração na própria direção. Se até então se havia evidenciado mais a crítica metodológica, agora vemos em toda sua extensão a alternativa prática do novo núcleo dirigente.

Partindo da constatação «anti-voluntarista» de que na conjuntura o caráter das lutas não se alterará com ou sem nossa intervenção (e vá ser assim anti-voluntarista no reino dos céus), a tese vitoriosa apresenta uma plataforma de lutas puramente sindicais e com a recomendação expressa de que não deve ser usada para unificar as lutas, pois sua dispersão é um “dado” da conjuntura.

f) O doutrinário revisitado — 1974

A constituição de um novo núcleo dirigente, coesionado teoricamente, irá tirar a PO da paralisia, unificá-la e — a curto prazo - dinamizá-la. Em pouco tempo volta a se editar o jornal nacional e também a atividade nas fábricas e oposições sindicais se animam. Mas não demorará para que a brutal contradição entre as teses e a realidade produzam novos impasses. Porque já em fins de 74 o movimento de reanimação operária, estudantil e na pequena-burguesia em geral se acentua e confluirá para o voto de protesto canalizado pelo MDB. A agitação democratista inunda o país. Para a PO, na medida em que não há linha de massas possível enquanto as massas não se dispuserem a aceitar as «posições globais da vanguarda», a «tática» só poderá consistir numa crítica ideológica da forma burguesa assumida pelo protesto popular.

Nesse momento, não só os antigos partidários do «recuo organizado» e do PTCP abandonam a O. Também o processo de reunificação com a Fração Bolchevique se interrompe na medida em que esta avança no sentido da elaboração tática e da ruptura com o passado teorista da PO. E finalmente o trabalho conjunto com o MR-8 e a AP sofrerá as conseqüências dessa reafirmação do doutrinário na PO, na medida em que essas O.s serão agora consideradas porta-vozes do populismo e do democratismo pequeno-burguês no movimento operário.

Na luta ideológica que se acentua e, sobretudo na polêmica com a então Fração Bolchevique, a PO corrige alguns aspectos grotescos de suas teses mas acentua outros. O que se corrige: o CN cancela sua anterior afirmação de que «as lutas não se alterarão, com ou sem nossa intervenção», precisando que pode-se alterar a qualidade aí onde se intervém, mas não a «situação de conjunto». Em contrapartida, frente a um ascenso de lutas - principalmente estudantis e de outras categorias intelectuais - de tipo democrático, a PO reforça sua postura sectária, condenando-as como «manobras burguesas». A argumentação então desenvolvida já não é tanto para intervir no movimento real, mas fundamentalmente para defender-se dele.

Diante das lutas democráticas que eclodem sob direção ideológica da pequena-burguesia, a posição da PO não é a de disputar-lhe a hegemonia, mas de combatê-las como «lutas burguesas». Nessa fase pois, o sectarismo doutrinário atinge sua culminação caricatural. Se tais posições lhe relegam a um lugar marginal na luta política, não é menos certo que a longa dedicação de suas bases militantes na atividade sindical lhe garante uma presença significativa nas frentes avançadas do movimento operário.

Mas o crescimento das outras forças que com ela haviam impulsionado uma tendência proletária na esquerda (AP, MR-8 e Fração) e a ofensiva destas contra a postura sectária e passiva da PO lhe obriga a corrigir os aspectos mais grotescos de suas teses mas, na prática, ainda acentua outros.

Ante as críticas de «apoliticismo», o CN afirmará que sua Plataforma de Lutas — que se centra no combate ao arrocho, a lei de greve e na luta pela organização independente da classe — é uma «plataforma política» porque esses objetivos «só poderão ser garantidos através de um poder

sustentando política e militarmente pelos trabalhadores da cidade e do campo». Se de um lado, assim o CN se limita a dar uma aparência política a sua plataforma sindical, de outro ele tira conseqüências absurdas desse artifício: essa plataforma aparece como antagônica às reivindicações democráticas. Os operários que compreendem seu "caráter de classe" e que por outro lado «reconhecem as lutas democráticas» como palavra de ordem dos patrões, esses são os operários mais conscientes e avançados...» A isso chega o miserável malabarismo intelectual desses companheiros. Feliz do operário brasileiro, avançadíssimo na verdade, que descubra algum patrão brandindo reivindicações democráticas...

uma última cisão

No final do primeiro semestre de 76, novas contradições internas terminam por produzir nova cisão na PO, mantendo as duas frações o mesmo nome e editando as duas como órgão central o «Política Operária». São tão aberrantes os termos da discussão tal como tornada pública que seria tentador permanecer na demonstração de seu ridículo. Para uma das frações, o abandono do índice de 200% como reivindicação de reajuste salarial aparece como uma concessão oportunista ao populismo! Se formos ao fundo real de uma discussão complicadíssima, veremos os impasses de uns e outros frente à tarefa de organizar as vanguardas da classe. As duas frações constataam sua dispersão e o domínio do populismo, mas enquanto uma delas propõe atuar no interior dessa «camada de consciência sindical» para dividi-la criando as «oposições sindicais proletárias», a outra pensa criar estas a partir de uma atividade própria de propaganda.

O emaranhado insolúvel em que se meteu o Comitê Nacional da PO a partir de 74 se origina da contradição entre a rigidez abstrata das suas proposições e o impulso concreto que deu à atividade na massa. Quando o novo núcleo dirigente realizou a crítica ao propagandismo passado, estabeleceu um novo corpo doutrinário. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a crítica ao propagandismo da velha PO leva o atual núcleo dirigente a uma postura ainda mais doutrinária. Porque no lugar dos silêncios de Ernesto Martins a respeito da tática, eles estabelecem uma arquitetura rígida, que responde a tudo a partir de um supino desprezo pelo movimento espontâneo. Assim, criticam a concepção de comitês de empresa da velha PO que os via como desenvolvimento das comissões que se formavam espontaneamente nas empresas mais combativas. Ao assumir um «anti-espontaneismo» radical e pedante, o CN busca enquadrar tudo num esquema pré-estabelecido, chegando a vincular os índices das campanhas salariais com a luta pelo governo revolucionário provisório. Ao fazê-lo evidentemente torna-se extremamente vulnerável, porque o primeiro impasse ameaça toda a arquitetura. É o que parece suceder agora.

A TEORIA E SUA PRÁTICA

Houve tempo em que a fórmula chave para caracterizar nossas falhas era a que nos atribuía «lucidez teórica e inseqüência prática». Referindo-se a uma O. cujas características intelectuais eram tão marcantes, tal crítica parecia prestar os méritos devidos às nossas qualidades e atacar os pecados próprios dos intelectuais. Mas tal fórmula não passa na verdade de outro ardil de nossa teoria que induz a uma prática deficiente e esconde sua responsabilidade no caso. Quando, após cada fracasso os militantes sentem necessidade de avaliar o que fizeram, serão comprados em nome de uma teoria que se satisfaz em dizer o que deveria ser feito, negando os meios para fazê-lo.

É verdade que há uma base real para tal constatação de «lucidez teórica». Ela se referia ao papel da PO de desenterrar categorias gerais do marxismo, de proceder a uma análise marxista da formação social brasileira, suas classes e contradições; de definir o papel do proletariado, da luta anticapitalista e da tarefa central dos revolucionários como a da criação de um movimento operário independente, antagônico à sociedade burguesa.

Na realidade, o atraso político e ideológico do nosso proletariado não tornava fácil essa tarefa. Como cobrir a distância? Incapazes de definir a prática de massas que formaria um proletariado autônomo, vamos desenvolver uma prática de pedagogos. Os silêncios sintomáticos de nossos «documentos básicos» sobre a "linha de massas" são na verdade encobertos pelas recomendações repetidas da propaganda e da agitação de uma «política de classes». Esta «política de classe», presente apenas como chamamento, como referência a uma classe «ideal», se contrapõe irreconciliavelmente face à classe real e impede a O. de repousar nos trilhos das lutas de classe como se dão.

É importante assim deixar claro que as lacunas da base teórica da PO — tal como se encontra nos documentos básicos: o PSB, os Aonde Vamos? « Formar a Vanguarda Proletária», etc ⁹- não são

⁹ Vide Polop – Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil, 2ª edição, CVM - Bahia, 2010. Versão eletrônica disponível em www.centrovictormeyer.org.br > Acervos > Arquivo Política (Nota

meras «insuficiências» que se possa superar adicionando-lhes uma tática e uma política de organização. Os silêncios aí não são nada aleatórios. Seus autores elaboram a problemática que pretendem enfrentar e silenciam para o que consideram «falsos problemas». De resto, a prática de todos esses anos soube preencher as lacunas, dando um sentido preciso a cada silêncio. Por isso, quem quiser ainda resgatar as aquisições dessa base teórica não tem outro remédio mais do que criticar a globalidade de sua construção.

a) A análise da formação social

É fato que a caracterização da formação social brasileira sistematiza as conclusões mais avançadas a que tinha chegado o pensamento marxista no país. A compreensão das características principais do desenvolvimento capitalista - impopular e não democrático, como queriam as teses dominantes - da dominação imperialista - sob a forma de inversões diretas e não apenas como exportador de manufaturas e importador de primários - da grande propriedade agrária - capitalista e não semi-feudal - permitiram um entendimento justo do papel da burguesia nacional, da cooperação entre a acumulação industrial e a economia agro-exportadora e das principais contradições de classe existente.

Mas mesmo nesse nível já são hoje notórias as limitações da análise. O camarada Tovar efetuou já uma análise em que, para poder colher o acúmulo teórico-político do pensamento socialista de uma etapa muito importante, submeteu à crítica o PSB e aponta várias de suas deficiências ¹⁰. Remeto o leitor às suas observações sobre a extrema generalidade acerca da estrutura de classes e das particularidades do desenvolvimento capitalista no país, do que decorre de um lado uma fluidez quanto à política de alianças e de outro uma visão de estagnação da economia, por «falta de mercado». Em contribuição mais recente (ainda por publicar) o camarada Henrique Lima aponta a superficialidade da própria análise geral que não se funda no estudo concreto das relações de produção e do processo de acumulação do capital. Também a Resolução da Conferência do MEP acerca do Programa aponta para esses aspectos. Não pretendo neste momento adicionar nada ao que já foi dito. Apesar de que as contribuições críticas não tem sempre a mesma ótica, não é este o momento de discuti-las. Queria sim chamar a atenção para a culminação desse método simplificador e superficial.

b) O caráter da revolução

Creio que o modo como pensamos o caráter socialista da revolução prossegue de certo modo uma tradição de equívocos. Com o dogmatismo que caracterizou a III internacional, as fórmulas «a revolução na atual etapa tem um caráter y ou z» passaram a ser moeda corrente sem mais se perguntarem se havia realmente uma revolução em curso no país em questão. E a partir do momento em que o revisionismo stalinista difundiu por toda parte os programas para «etapas» não-socialistas, os revolucionários marxistas tiveram que levantar as teses da revolução socialista. Mas se queremos nos aproximar mais do problema teremos sempre que perguntar: de que revolução estamos falando? Existe efetivamente uma revolução em curso? Tratar de todo processo histórico como «processo revolucionário» só pode servir para diluir as coisas e perder a especificidade dos processos revolucionários.

Quando há um processo revolucionário em curso poderemos definir empiricamente sua natureza: Cuba a partir de 59, a Bolívia em 52, etc. Quando ainda não há, deveremos deixar claro que ao dizer «a revolução terá um caráter socialista» estamos dizendo que um processo revolucionário no Brasil só vencerá se tomar um rumo socialista.

Quando Lênin caracterizou a revolução russa para o programa do POSDR, referia-se a um processo real em curso, de transformação das relações de produção semi-servi e de um movimento social que tendia a subverter a superestrutura política que lhe correspondia. Ele propõe um programa proletário para intervir naquele processo revolucionário democrático-burguês.

No Chile da UP houve um processo revolucionário (um movimento social e político que se enfrentou contra a ordem vigente, ameaçando-lhe as estruturas) onde os rumos socialistas não se impuseram. Enquanto muitos reformistas afirmavam que aquela era a revolução socialista, os revolucionários apontavam seu caráter democrático pequeno-burguês e a necessidade de empreender a revolução socialista.

Para sermos rigorosos no caso brasileiro não deveremos dizer que «nossa revolução é socialista», mas sim que ela terá que assumir um caráter socialista para não ser derrotada. Ou, como bem disse o

dos editores).

¹⁰ L.A. Tovar, «Crítica ao Programa Socialista para o Brasil», em Brasil Socialista nº 2.

CHE, que na América Latina a revolução será socialista ou será caricatura de revolução.

O Programa Socialista para o Brasil aponta com justeza as tarefas fundamentais e as forças motrizes que constituirão esse processo revolucionário. Mas o modo como utilizamos suas definições não foi isento de equívocos. Para não ser acusado de autocomplacente começo por mim mesmo!

Ernesto Martins, no lamentável texto em que me ensina «Como aprender - com quem aprender» (In *Marxismo Militante 1*)¹¹, cita o Raul Villa de 68 contra o atual, já deformado pelo «populismo mirista». Nesse texto, para combater as teses da «guerra popular» no campo, eu exigia que seus defensores provassem então que nossa revolução era burguesa. Não disponho mais de nenhum exemplar desse meu artigo («A guerra revolucionária e os ensinamentos de Mao»)¹² mas ainda tendo razão ao criticar quem critiquei, o método de fazê-lo foi decididamente infeliz. É como se a partir da caracterização geral da revolução socialista tudo o mais se deduzisse logicamente. E não é por acaso que E. Martins cita seu discípulo de 68, porque uma de suas características é o uso e abuso desse método dedutivo e formal: se a revolução é socialista então isso ou aquilo. Diante de questões concretas ele dá por suposto justamente aquilo que deve ser resolvido. Por exemplo, se «a revolução é socialista», então as reivindicações democráticas não tem mais um caráter revolucionário, quando o que deveria examinar é como as reivindicações democráticas existentes podem se enquadrar numa estratégia socialista.

Creio que se examinarmos o processo revolucionário português (1974-75) ilustraremos bem a questão. Ao analisar a situação no artigo de BS («Lições de Portugal»)¹³ observei que «*uma revolução socialista não é uma revolução onde as «tarefas socialistas» predominam sobre as «tarefas burguesas», mas sim onde a resolução revolucionária das contradições fundamentais tem um conteúdo socialista*». Isso porque as contradições inerentes ao modo de produção capitalista determinam os antagonismos que afloram em toda a sociedade durante um processo revolucionário se essa sociedade é dominada pelo modo capitalista de produção. Em Portugal o processo não se inicia pelo aguçamento das contradições específicas entre capital e trabalho mas pelas questões colonial e democrática. Mas não há uma forma neutra de se enfrentar tais questões: dado o caráter das contradições sociais dominantes o processo tem que se decidir por uma via socialista ou por uma de recuperação capitalista ao reorganizar o Estado e a economia.

O uso «dedutivo» da caracterização socialista da revolução tem como conseqüência a dissolução das particularidades de cada processo e cada situação. Em vez de ser um instrumento para a compreensão de uma realidade social que será sempre mais rica e complexa que qualquer definição geral, passa a ocupar o lugar do conhecimento dessa realidade original.

É verdade que a totalidade industrial capitalista da sociedade brasileira redefine o sentido das suas particularidades pré-capitalistas, mas não as dissolve. Do mesmo modo que a análise levou em conta os vários momentos até chegar a caracterização global, a caracterização global também terá que integrar esses vários momentos. De nada vale levar em conta as «contradições secundárias» no momento da análise se depois de se ter o «resultado» - a caracterização socialista da revolução - nós ignoramos a existência delas que justamente dão as particularidades dessa revolução socialista.

c) A constituição de um movimento operário independente

Mas as deficiências de nossa base teórica tanto no campo da análise da formação social como no da compreensão do caráter da revolução socialista (e poderia estender sobre as deficiências na compreensão da revolução mundial) não são comprometedoras e poderiam ser superadas na prática. Onde os desvios são mais graves e determinam uma concepção doutrinária é justamente na compreensão da tarefa que foi nossa marca distintiva: a formação da vanguarda proletária, a constituição de um movimento operário independente da tutela burguesa e antagônico à sociedade capitalista. Se o nosso chamamento nesse sentido revela a consciência que tínhamos do objetivo central de uma estratégia revolucionária no país, a forma de encará-lo impediu que contribuíssemos significativamente para alcançá-lo.

O que apontávamos era o universo populista em que se manjava a esquerda e mesmo os setores de esquerda que rompiam com o reformismo: o fato de elaborarem suas estratégias sem levarem em conta a necessidade primeira para um verdadeiro movimento revolucionário no país; a mobilização autônoma do proletariado. Muito bem. Mas como expressamos nós em termos políticos nossa vontade classista?

Nos *Aonde Vamos?*, Ernesto Martins faz um balanço da situação da esquerda e do proletariado,

¹¹ Vide versão eletrônica em www.ceentrovictormeyer.org.br > Acervos > Arquivo Erico Sachs (Nota dos editores).

¹² Versão eletrônica disponível em www.centrovictormeyer.org.br > acervos > Arquivo Eder Sader (Nota dos editores).

¹³ Brasil Socialista Nº 4, out/1976 (Nota dos editores).

sistematiza experiências da III Internacional e do movimento revolucionário latino-americano para definir na sua forma mais elaborada as nossas tarefas. A situação:

Toda luta que travamos, desde o nosso surgimento como O. política foi pela independência do movimento operário brasileiro contra a sua submissão à liderança burguesa (...) Em que consistia a tutela burguesa sobre o movimento operário? Consistiu na renúncia voluntária da liderança oficial da esquerda (PC e sindicatos) de defender os interesses específicos do proletariado industrial e agrícola dentro da sociedade burguesa-latifundiária, pois a defesa conseqüente desses interesses teria levado no atual estado das contradições a uma luta contra esta sociedade. Esta tutela só foi possível na prática porque a liderança da esquerda se omitiu conscientemente, combatendo qualquer tentativa de esclarecer as massas trabalhadoras sobre o verdadeiro caráter de classe do Estado, do governo, do Exército, dos Partidos políticos, substituindo a agitação e propaganda comunista por uma linguagem de populismo e nacionalismo. (Aonde Vamos? I, abril 1966).

Essa atenção pelas lutas específicas do proletariado e pela necessidade de despertar sua inerente natureza anticapitalista nos leva a manter uma sistemática agitação anti-capitalista e uma atividade buscando despertar a solidariedade de classe, oposta a toda a sociedade burguesa.

E, no entanto, do mesmo modo que nesse mesmo AV constatamos que «estamos atrasados» e «não nos empenhamos o suficiente» nesse sentido, nos documentos de 67, 68, 69 e 70 voltaremos a encontrar igual avaliação autocrítica. Em documento ainda interno o camarada J.A. aponta a falácia dessa autocrítica e em vez de aceitar a responsabilidade do «empenho insuficiente», vai buscar as falhas na própria teoria que o orientava («Aonde Vamos?»). Retomo aqui em boa medida a análise de J.A.:

Comecemos pelo texto acima transcrito, quase impecável. Há só um senão que passaria despercebido se não constituísse um vício no qual recai sistematicamente o autor: ao opor a política revolucionária à reformista ele se limita aos aspectos da agitação e propaganda. Não há aí referência à linha política específica. E se agora formos buscar a passagem em que o documento se refere especificamente a uma «linha de ação revolucionária» nossos temores se confirmam:

"Devemos salientar a continuidade da nossa tarefa fundamental de dispor e defender até as últimas conseqüências uma orientação de uma linha de ação revolucionária para as massas trabalhadoras. A diferença entre a situação de agora e as anteriores é que essa luta ideológica não se pode mais restringir a uma cúpula de indivíduos pela imprensa legal que tivemos à nossa disposição, e sim pela O. inteira que tem de se adaptar a essa tarefa em todos os seus níveis. Todos os nossos militantes devem estar à altura de defender nossas posições, seja em reuniões de operários, em contactos com as dissidências do PC ou contra os revisionistas." (id.)

Começa-se falando de linha de ação revolucionária mas o que temos, afinal é apenas a luta ideológica. A defesa das nossas posições é a tarefa fundamental.

Não temos nem traço do que seria uma plataforma de lutas que, a partir dos problemas concretos e da disposição das massas permita que avancemos realmente. Porque só quando sabemos definir um caminho possível para a latente energia anticapitalista nossa agitação comunista ganha vida e a compreensão das contradições de classe - ensinadas na prática mesma da luta - pode se estender pelas massas.

E por isso mesmo, a «diferença entre a situação de agora e as anteriores» (ou seja, antes do golpe) não se reduz à diferença das condições legais para se realizar nossa propaganda. O mais importante - o que determina os demais — são as diferenças na correlação de forças econômica, política, ideológica, das quais decorrem alterações nos objetivos e formas de luta, na «linha de ação revolucionária». Decerto os militantes devem saber defender as posições da O., mas isso ainda não é nem o começo; eles devem sobretudo saber reduzi-las em linha de massa, aplicando-as em cada circunstância. Não venceremos nenhuma discussão se não nos capacitarmos para orientar as lutas concretas, mostrando nelas a vinculação entre as aspirações imediatas e nossos objetivos gerais.

pedagogia em vez de política

Ernesto Martins não ignora que é com a própria experiência que o proletariado toma consciência de seus interesses, mas pensa que o papel da vanguarda se limita a esclarecer suas experiências. Os militantes devem ir à classe porque só estando presentes fisicamente no meio operário saberemos adequar a propaganda marxista aos problemas concretos dos operários, desenvolvendo uma agitação anticapitalista viva:

Condição indispensável para que o nosso proletariado preencha seu papel é que adquira consciência de sua situação social e política. Levar essa consciência para dentro da classe

operária é a nossa tarefa, a tarefa de todos os quadros revolucionários no país.

(...)

As concepções marxistas do Estado, da democracia, da exploração capitalista têm de ser levadas conscientemente para dentro da classe operária, numa linguagem agitativa. E na medida em que essas concepções penetram nas cabeças dos nossos proletários, a classe conseguirá distinguir a sua política operária da política burguesa e esvaziará a influência e a tutela burguesa e populista sobre a classe». (Aonde Vamos?, II parte, 1966).

Segundo essa concepção ultra-vanguardista, a consciência penetra nas cabeças dos nossos proletários graças à agitação persistente dos comunistas. Esconde-se aí que a consciência surge do encontro entre as proposições da vanguarda e o movimento espontâneo da massa. Digo «proposições» porque não se trata simplesmente de denunciar o caráter de classe do Estado, etc. (ainda que isso seja indispensável), mas, sobretudo de - a partir do conhecimento da situação e das nossas forças - propor uma via de luta capaz de ser massificada. Daí que os «nossos proletários» não possam ser encarados como essa massa informe a ser amoldada pelos teóricos, mas pelo contrário, é sua prática que oferece as condições nas quais temos que determinar uma linha de ação revolucionária - que será aquela passível de ser assumida por eles.

Lênin propagandista

E. Martins cita-o e pensa assim justificar nossas posições propagandistas. Mas tudo não passa de um jogo de palavras. O que entendia Lênin por «trabalho de propagandistas» naquela situação? Será que a «desintoxicação» que ele prega consistiria na luta ideológica contra as concepções revisionistas do Estado, defendendo as concepções marxistas sobre a democracia, a exploração, etc.? É certo que essa luta ideológica teve uma grande importância e foi nesse período explosivo que Lênin escreveu um texto teórico como «O Estado e a Revolução». Mas quem pensar que esse era o eixo do «trabalho de propagandistas» proposto por Lênin, não entendeu absolutamente nada de sua concepção política.

Para quem quer que tenha lido com um mínimo de atenção a história da revolução russa fica evidente que, embora tenha sido extremamente importante a luta ideológica contra o revisionismo e o populismo, ela só ganhou sentido ao se subordinar à luta política, à atividade central dos bolcheviques no momento, que consistia na mobilização concreta dos setores do proletariado, soldados e camponeses pelo poder dos soviets. Na medida em que esses setores adotavam a plataforma de lutas dos bolcheviques, eles esclareciam o caráter reacionário do governo provisório, desmistificavam seu caráter de classe, mostravam a alternativa proletária. O instrumento político central para a propaganda da linha proletária consistiu numa plataforma de reivindicações - o fim da guerra, a entrega das terras aos soviets camponeses, a nacionalização dos bancos, o controle operário, o poder aos soviets, etc - com aplicações específicas segundo a conjuntura («fora com os ministros burgueses», por exemplo).

Mas tampouco o principal foi a propaganda dessa plataforma. Foi a capacidade dos bolcheviques de impulsionar praticamente essas lutas - de controle operário, de ocupação de terras, de exercício parcial do poder por comitês de fábrica, de soldados, soviets — que esclareceu o caráter reacionário do Estado burguês e garantiu o êxito da política de propagandistas.

Foi sim fundamental a atividade polemista e teórica dos bolcheviques, mas justamente porque iluminaram a atividade prática de massas que gerou uma alternativa concreta na situação. Não ver isso é comparar Lênin a qualquer «gênio incompreendido» que povoa nosso mundo.

Não ter visto nada disso e manter-se impassível sem nenhuma autocrítica, reivindicando a essa altura do campeonato a função de propagandista só mostra como o companheiro E. Martins, que tanto nos ensinou do leninismo, tornou-se incapaz de corrigir as deformações de sua primeira leitura.

d) Estratégia e tática

Na sua crítica aos «Aonde Vamos?», o camarada J.A. observa que aí «*a ligação entre os objetivos estratégicos e a prática imediata não é uma questão de tática, mas de técnica*».

«Tudo o que é dito é justo, mas incompleto. (Porque ha um elemento sistematicamente ausente e eludido: a tática), O exemplo da atividade conseqüente é inseparável da atualização dos objetivos estratégicos. O documento não mostra em nenhuma parte uma relação política entre esses objetivos e lutas parciais, que preparam politicamente o proletariado no momento atual, e os nossos objetivos estratégicos.» (J.A. «Aonde fomos»).

Há momentos da obra de E. Martins e dos documentos básicos da PO em que podemos chegar a

considerar injusta tal crítica. Em «*Nossa política nos sindicatos*»¹⁴, mesmo no «*Formar a vanguarda proletária*» e em várias conjunturas particulares - eleições de 66 por exemplo - temos várias indicações táticas. Mas se observarmos bem veremos que em todas elas falta uma avaliação da situação conjuntural de conjunto e, em conseqüência, uma definição de objetivos táticos para a conjuntura.

É sintomático que a única conjuntura descrita nos «Aonde Vamos?» e para a qual se apresenta uma política de conjunto é uma conjuntura ideal, que vai da «queda da ditadura até a revolução socialista». Discutindo a questão do governo de transição, os «Aonde Vamos?», tanto como o Programa Socialista, apresentam uma tática de conjunto para uma situação de queda da ditadura, quando se põe na ordem do dia a questão do poder. Mas, e até lá?

Os militantes da PO conhecem a resposta a essa questão presente em «*Formar a Vanguarda Proletária: a linha estratégica da Organização*». Considerando que uma estratégia na luta de classes implica na existência de um «exército», que para os comunistas consiste no proletariado organizado, conclui que a esquerda brasileira mais se parece a um «estado-maior auto-nomeado e sem tropas»:

Essa situação nos obriga a enfrentar de forma específica o problema da estratégia e da tática. Por um lado elaboramos e propagamos conceitos estratégicos para um exército em potencial, a classe operária, colocando o que deve fazer e o que se devia ter feito no interesse do avanço revolucionário no país. Por outro lado, nós temos que nos concentrar na formação de um «exército revolucionário», ou seja, reunir os setores mais conseqüentes para a ação comum e criar as bases para a mudança nas relações de força. Isso resultará de acordo com o grau de penetração das nossas teorias políticas na classe operária e de acordo com as conseqüentes mudanças qualitativas do proletariado. («Formar a Vanguarda Proletária», CN de Política Operária, março 67).

Concebido dessa forma, parece que nos defrontamos com duas dinâmicas distintas que correm paralelas e mal se tocam: a da luta de classes e a da construção partidária e formação do proletariado revolucionário. Levaríamos em conta as condições da luta de classes apenas para saber como efetuamos nosso trabalho de penetração na classe para a formação do «nosso exército», mas enquanto não o temos formado não temos condições de interferir nessas lutas. Por isso nos satisfazemos em dizer o «que deveria ser feito se pudesse ser feito». O documento não leva em conta que, antes de se constituir como movimento autônomo, a classe interfere na luta política e que a única forma de penetrarmos politicamente nesse movimento é dizendo o que deve ser feito nas condições presentes e lutando para que seja feito. Senão o que temos como resultado é a combinação do espontaneísmo político nas lutas de massa com o doutrinário nas palavras de ordem, na propaganda, nas alternativas que apresentamos como objetivos políticos.

E no fundamental foi assim que «a nova PO», desde o PTCP até a Tendência Crítica aplicou a linha estratégica: no primeiro momento - agora - se trata de formar o movimento operário e só depois de formado é que interviremos na globalidade da luta política. Por isso, agora, ao lado de uma atividade elementar de penetração na classe, se adiciona uma propaganda ideológica que desmistifica as políticas burguesas ou reformistas.

Na Tribuna de Debates 6 da ex- Fração Bolchevique da PO, um militante efetua uma aguda crítica a essa concepção que até há pouco

«não deixava lugar para a compreensão do momento atual, da conjuntura política como elemento determinante de uma tática. (...) Hoje, essa concepção atua no sentido de separar mecanicamente estratégia e tática, de tomar a estratégia como resolução do problema da inexistência de um partido e de um proletariado independente. Os objetivos estratégicos tornam-se conseqüência da situação de nossas forças e da sua relação atual com o proletariado, separadas das necessidades do proletariado na luta pelo poder. Do ponto de vista estratégico, primeiro se constrói o Partido, depois se luta pelo poder!».

e) O doutrinário na luta política

«*A luta contra a ditadura só pode se colocar para um movimento capaz de subordinar tal luta a objetivos de classe explícitos*». («Sobre a situação atual e as nossas tarefas», in «Marxismo Militante» 2, edição brasileira, pg. 14).

Tal não é a situação atual, pois nos falta esse movimento. Mas:

¹⁴ Sachs, Erico, *Nosso trabalho nos sindicatos*, in Polop – Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil, 2ª edição, CVM - Bahia, 2010. Versão eletrônica disponível em www.centrovictormeyer.org.br > Acervos > Arquivo Política Operária (Nota dos editores).

Alterando-se a correlação de forças, a queda da ditadura passa então a ser um problema concreto para a classe operária, porque só então a luta contra a ditadura poderá orientar a classe operária na luta contra o Estado Burguês pelo governo de transição dos trabalhadores da cidade e do campo; a queda da ditadura será então um interesse concreto da classe operária, pois será uma necessidade da efetivação do que interessa à classe e a mais ninguém, mesmo não sendo ainda a ditadura do proletariado. (Idem, pg. 17).

Para chegar a essa excelente correlação de forças na qual a queda da ditadura interessa à classe operária «e a mais ninguém», os revolucionários terão que trabalhar muito hoje. Como? Centrando o fogo contra aqueles que lutam contra a ditadura sem expressar os interesses específicos do proletariado. Na medida em que a PO considera que o regime caminha para a crise geral e a queda da ditadura, ela vê o populismo como a grande solução de reserva da burguesia. Por isso:

*...é imperiosa a luta contra o oportunismo, **não apenas como luta ideológica, mas como luta política**, no campo da tática; acumulando forças contra os acúmulos do populismo. (pg. 17, grifos meus).*

Não é espantoso os níveis alcançados por essa pedanteria sectária? Hoje não existem condições para uma luta política contra a ditadura, mas em compensação combate-se, e não só ideologicamente, os «populistas». E para não deixar dúvidas de quem se está visando, os autores explicam que esse combate se faz mais imperioso porque o populismo está mais avançado, «*pois pelo menos um terreno ele já ocupou: a parcela da esquerda próxima à tendência proletária*».

A pequena seita vai «acumular forças» lutando politicamente contra a esquerda «próxima à tendência proletária». Meu Deus, que miséria! Tremo em pensar que tantos companheiros queridos com quem partilhei as melhores energias, as esperanças e sacrifícios, possam estar sendo levados por essa verborragia que não é só pura verborragia, pois se transforma, nos fatos, em nocivo fator divisionista.

Mas o que nos indica a peculiar noção de correlação de forças manejada acima, segundo a qual, num país como o Brasil, a situação será mais favorável para «lutar-se contra a ditadura» quando esta luta só interessar à classe operária? O que há por detrás disso? Tem que haver alguma lógica atrás desse absurdo. E o absurdo ganha sentido se nos dermos conta que a situação, para eles, é favorável, quando um objetivo político do proletariado não possa ser assumido por nenhuma outra categoria social, e assim não haja «mistificação» possível. O critério assim é o dos pedagogos de torre de marfim e não o de lutadores que estão interessados acima de tudo na vitória da revolução proletária e que para isso buscam interessar a maioria das camadas populares pelos objetivos proletários. Os autores não estão na verdade interessados em lutar contra a ditadura, mas apenas em poder falar contra a ditadura sem serem confundidos com os populistas que fazem o mesmo.

Por isso afirmam dois militantes que romperam com a PO pouco antes do último “racha”:

A plataforma (da PO), na medida em que repousa sobre princípios, sobre análises estruturais, tem o papel de separar o joio do trigo. Quem aderir a esta plataforma ganha o direito de participar das organizações sindicais da O. e de seus organismos pré-partidários (...) Os quadros da O. participam das assembleias não para agitar objetivos proletários no momento atual, mas para fazer críticas de princípios. («Nossas divergências com a O. », N. e R., 76).

Embora sempre tenhamos tido tendências doutrinárias, não tenho dúvidas que o atual CN da PO efetuou um definitivo salto de qualidade. Não quero com isso retirar as responsabilidades da tradição anterior que eu ajudei a criar. Penso apenas que o atual CN resolveu radicalmente algumas das nossas ambigüidades, assumindo o doutrinário conseqüentemente.

f) A descoberta da tática e de um dispositivo de segurança

Graças aos fatores contraditórios que a compuseram, a PO simultaneamente deu corpo a muitas energias revolucionárias e as desviou do rumo de sua transformação em efetiva força material. Se simplificarmos poderemos identificar um componente teoricista que atraía e fabricava intelectuais com capacidade analítica acima da média na esquerda e com particular dificuldade para intervir nas lutas de massas; um componente «extremista» que atraía e fabricava um voluntarismo subversivo, que se manifestou na disposição radical de enfrentar o regime; um componente obreirista que atraía e fabricava ativistas da prática elementar da classe, imbuídos de espírito anticapitalista. Tudo isso poderia mesmo produzir um belo cocktail revolucionário se fosse bem misturado... Se diluísse cada um dos elementos constitutivos, superando assim seus vícios específicos.

Seria justamente uma prática partidária que poria a capacidade teórica, a disposição subversiva, o espírito de classe a serviço de uma política revolucionária, produzindo o que Gramsci chamou o «intelectual coletivo». Caberia perguntar por que esse processo não se efetivou na PO.

Creio que se verificarmos bem notaremos que o componente teoricista sempre acabou por prevalecer,

protegendo-se contra a prática partidária e subordinando os outros fatores.

Desde o seu surgimento e por muito tempo a PO «valeu por suas posições». Minoritária na maioria das frentes de massa, a PO tinha sua importância potencializada pelo peso de suas posições teóricas.

Mas, consciente desse trunfo, sempre após alguma derrota ou diante de um impasse prático, o núcleo dirigente saberá coesionar a O. em torno das «posições globais». A «volta às posições básicas» como a uma região segura no meio da complexidade das lutas de classe será um recurso cuja eficácia momentânea se paga com o preço da esterilização política.

Das dificuldades e dos erros do projeto foquista em 64 não produzimos nenhum balanço crítico que servisse para concretizar mais nossa política militar; em seu lugar apenas afirmamos os princípios gerais de uma política classista. Com as experiências de 68 então se esgotam as possibilidades de um certo discurso esquerdista inconseqüente. Frente aos que tiraram as conseqüências práticas de nosso discurso foquista tivemos que voltar um discurso marxista centrado no papel das massas. Mas finalmente, se depois dos impasses do POC e da «arrancada inicial» da nova PO, a PO reencontra sua coesão num discurso ideológico, ela reafirma sua vocação teorista.

Mas após as experiências de 68 e de depois já não era mais possível voltar ao mesmo propagandismo de 66-67. De um lado porque ele tinha evidenciado seus impasses em 68-69. De outro, porque a prática de massas, ainda que empirista, de 68 até 71 havia ao menos vislumbrado a superação dos desvios intelectuais.

Esgotada a possibilidade de um discurso extremista descolado das condições de sua materialização, as questões de conjuntura e de tática se impõem nos balanços autocríticos dos setores da esquerda que buscam fundar sua política na dinâmica objetiva das massas. A PO não poderia se furtar a isso.

Mas a tendência dominante será precisamente aquela capaz de introduzir as novas categorias devidamente acompanhadas dos respectivos «dispositivos de segurança», das justificativas para manter uma prática imediata de tipo propagandista doutrinário. Era a única possibilidade naquelas circunstâncias de preservar o intelectualismo e manter a velha coesão em torno das «nossas posições básicas». Mantem-se as posições básicas que asseguram a coesão da militância; introduz-se a problemática da conjuntura e da tática, apontada como a lacuna responsável pelas inconseqüências anteriores; mas afirma-se que «na atual conjuntura» a tática se reduz à luta ideológica (e mais tarde, passa-se a chamar «luta política» o que na verdade não passa de luta ideológica).

Eis a avaliação da conjuntura e a definição da tática acompanhada de seus dispositivos de segurança:

Em primeiro lugar, importa considerar aqui a impossibilidade de mudança da conjuntura a partir da atuação da vanguarda comunista. Esta impossibilidade significa que as relações de descontinuidade existente entre a vanguarda e a classe como um todo são um dado da conjuntura que só poderá ser modificado com a intervenção dos fatores objetivos (a crise que se avizinha), independentemente de nossa vontade. (Tese sobre Conjuntura e Tática, pg. 29).

*É em função destas considerações que definimos o aspecto central de nossa atividade na conjuntura como sendo **a acumulação de forças no seio desta camada avançada, através de uma atividade de propaganda e organização clandestina e tendo como ponto de partida os vínculos atuais que a O. mantém com ela.** (Tese, pg. 30, gritos do original).*

A conjuntura não se alterará a partir da nossa intervenção. Isto poderia até ser uma constatação realista fundada na atual debilidade dos revolucionários. Mas para revolucionários que se prezam, isso não leva a que abduquem da necessidade de deixarem sua marca na evolução da conjuntura. Quer dizer, ainda que no resultado final do período a intervenção comunista tenha tido um papel secundário, a «dimensão» dessa intervenção condicionará nossas perspectivas na conjuntura futura. Quanto maior houver sido a «marca» revolucionária nesta conjuntura, melhores serão as premissas para a próxima.

Ao contrário disso, a tal Tese apresenta um corte radical entre a impossibilidade de intervenção política nesta conjuntura e uma próxima conjuntura que é o próprio «grand soir» da revolução tão sonhada, quando intervém em toda grandeza o proletariado revolucionário, o governo dos trabalhadores, os conselhos operários e a insurreição. Bendita «crise que se avizinha», que resolve todos os problemas. Enquanto isso, na atual conjuntura, a «tática» é a propaganda e a organização clandestina da camada avançada.

Mas não é por acaso que agora as crises são mais frequentes e as crises se aceleram. Enquanto o domínio do propagandismo doutrinário não se mostrou incompatível com uma atividade espontaneista no movimento de massas, os silêncios da teoria encobriam suas falhas. Mas agora que a O., teve que incorporar os conceitos de conjuntura e de tática, de política de organização e que desenvolve de fato uma prática mais profissional no movimento de massas, estão eliminados os silêncios oportunistas de antes. Mas então o discurso doutrinário renovado torna-se mais rígido, sem

ardis e escapatórias. Sua estratégia cerebrina contempla literalmente tudo, articulando num esquema artificial desde as campanhas salariais «desta conjuntura» ate a «insurreição» no momento de crise. E por isso mesmo ela tem menos defesa e seus descabros aparecem mais rapidamente como descabros. E na medida em que a O. se voltou para uma prática de massas, munida de uma «plataforma» que só responde ao movimento de massas com críticas ideológicas, os impasses se acelerarão na medida mesma em que se acelerar o movimento.

Aí está a «inconseqüência» prática: trata-se na verdade de uma prática bastante conseqüente, induzida pela tal «lucidez» teórica.

SUPERAR O DISCURSO CLASSISTA POR UMA PRÁTICA CLASSISTA

É evidente que a radicalidade da crítica não implica em nenhuma fuga às responsabilidades passadas, mas pelo contrário, é a expressão mais pura de uma autocritica. Não implica em nenhum desinteresse pelas energias despendidas pelos militantes que passaram ou permanecem na PO, mas pelo contrário, expressa o interesse mais vivo em que essa militância se liberte de toda carcaça doutrinária.

Antes que a crítica, a própria história mostra a falência da PO, cuja última cisão atestou a impossibilidade interna de romper seus impasses. Não é algo para regozijar-se, pois a esquerda revolucionária só poderia se enriquecer se sua superação se desse a partir de um movimento interno, capaz de romper com seus vícios e resgatar seus elementos positivos. Mas, do mesmo modo que o MEP é uma expressão parcial desse movimento, outras tendências e companheiros esboçam o mesmo caminho. Importa evitar que a desmoralização de um discurso pretensamente classista debilite uma prática classista e reforce as tendências populistas contra as quais se voltou desastrosamente a PO. Contra essa possibilidade trabalham praticamente todos aqueles que, no Brasil, lutam por uma política proletária na luta contra a ditadura. E a polêmica travada pelo MR-8, AP, MEP com a PO visou justamente esse objetivo.

Não será este o lugar de discutir suas diferenças, que se enfrentam abertamente, mas já no interior de uma problemática militante e não doutrinária.

uma problemática real

Para a elaboração e afinamento de uma política revolucionária nas condições atuais do país também poderemos contar com experiências de movimentos que puderam avançar mais em condições similares. Penso agora, sobretudo no MIR chileno e nas experiências revolucionárias a partir das «comisiones obreras» da Espanha.

Mas agora aqui, tratando-se de um balanço da PO eu teria que ao menos, apontar o rumo no qual vejo a resposta positiva para a problemática ideológica da PO. Quer dizer, na medida em que há uma problemática real importante no discurso da PO - a da necessidade fundamental da conformação de um movimento operário antagonico à sociedade burguesa - mas que aparece formulado de tal forma que não encontra solução prática, devo ao menos apontar os termos gerais dessa problemática em sua forma positiva.

Em primeiro lugar, é claro que a contribuição da vanguarda revolucionária para a constituição de um movimento operário anticapitalista não se dá exclusivamente e nem mesmo principalmente na agitação e propaganda das categorias do marxismo às camadas avançadas, nem nesta nem em qualquer conjuntura futura.¹⁵

Se queremos desenvolver uma política revolucionária assentada sobre a dinâmica objetiva das massas proletárias deveremos começar por examinar a dialética mesma da sua constituição, que implica em elementos de unidade proletária (na luta contra o sistema) e de divisão (concorrência no mercado de trabalho, adesão a diversas ideologias burguesas, etc.) Há assim na dinâmica da classe operária um movimento de negação da relação capitalista e outro de adaptação a ela. Os dois movimentos têm sua base nas condições materiais de existência na sociedade capitalista (a necessidade de unir-se para enfrentar a exploração de um lado, o impulso à concorrência para proteger-se colaborando melhor que os outros de outro lado). Mas enquanto o segundo é reforçado pelas ideologias dominantes e pelo Estado, reproduzido pelas práticas dominantes na sociedade, o primeiro tem que apoiar-se na ação de uma vanguarda organizada para poder unificar-se, multiplicar-se e não ser recuperado pelo sistema.

Aqui deve nos ajudar o nível de elaboração da esquerda revolucionária italiana que busca fundar sua tática na dinâmica que produz a autonomia da classe frente à sociedade burguesa.

¹⁵ Ver «Sobre a tática», tese ao III Congresso da IC; também E. Mandel, «La teoria leninista de la organización », Ed. Era).

A tática é o termo intermédio entre o processo de unificação do proletariado e a raivosa e multiforme reação da classe dominante. (...) a questão da tática tem em seu centro o problema da relação entre a autonomia da classe e a organização majoritária da classe.

O processo de unificação do proletariado atravessa de fato não só a diversidade de condições materiais e ideológicas impostas pela burguesia aos vários setores do proletariado, mas também o papel majoritário de uma organização do proletariado - em nosso país o PCI - que é o fruto complexo de diversos fatores, da divisão própria da classe ao peso de uma tradição histórica, até a natureza da organização geral. (Lotta Continua, «Sulla questione della tattica», tese aprovada em seu I Congresso Nacional, janeiro de 1975).

Sendo a «autonomia operária», o movimento de classe que questiona o sistema, ele implica um movimento de unificação proletária. Mas todo o problema para os revolucionários consiste em que esse movimento se defronta com as formas existentes de organização da maioria da classe (seja porque o movimento contestatório da classe surge fora das organizações tradicionais, seja porque surge de dentro, mas para manifestar-se em toda sua dimensão completa tem que romper com elas. Ver a experiência dos cordões industriais no Chile). E na medida em que se trata de formar um movimento revolucionário de massas, toda política ultra-esquerdista que se limita a «condenar» a organização majoritária da classe está condenada por sua incapacidade de sair dos marcos dos círculos doutrinários. Trata-se para os revolucionários de descobrir como a disposição de revolta das massas encontra na sua «organização majoritária» uma forma (deformada) de expressar-se. Trata-se então de oferecer uma perspectiva de luta que tome essa disposição e, a partir do nível de consciência em que se encontra, formule uma via de sua superação. Daí que a dialética de «unidade e luta» seja sempre uma constante na política revolucionária face às formas de reformismo e populismo pelas quais se expressa o movimento operário.

Na verdade, não temos no Brasil a bem dizer, uma «organização majoritária da classe» no sentido em que a dominação burguesa implicou na desorganização da classe e na impossibilidade de conviver mesmo com uma organização populista. Mas isso não altera o fundo da questão, embora altere bastante sua forma. Não temos um movimento próprio da classe, unificado, ainda que em termos reformistas e isso certamente torna mais difícil nossa tarefa. Mas existe uma ideologia dominante nas massas e uma ideologia dominante em suas camadas mais combativas.

Trata-se para nós de tomar o movimento real que expressa elementos de uma revolta anticapitalista - a disposição de luta contra a exploração capitalista, pela liberdade de organização, de manifestação, de fazer valer seus direitos no lugar de trabalho e na sociedade - e capacitar-se para dar-lhe uma expressão política orgânica e ideológica, estendendo-lhe para as camadas mais atrasadas. Nós temos que ser os defensores conseqüentes da unidade proletária a partir dos interesses imediatos e das lutas que travamos.

Vendo o «anti-capitalismo» na luta econômica somada à propaganda socialista, a PO simultaneamente trava uma luta ideológica sectária que se opõe à maioria da classe e que, na luta concreta, permanece aquém dela. Porque «luta econômica» não é «luta anticapitalista». Luta anticapitalista é aquela que se enfrenta ao sistema que garante a opressão e exploração da classe em seu conjunto. A luta do proletariado espanhol contra a ditadura franquista e pós-franquista é uma luta anticapitalista na medida em que sua dinâmica traz os elementos para questionar o próprio sistema capitalista e o mesmo dizemos da luta do proletariado chileno ou boliviano. E justamente porque não há movimento anticapitalista que não seja um movimento contra o sistema de dominação existente, a autonomia operária não se forma fora da luta política. É só ao colocar a luta contra o poder burguês que o proletariado exerce sua hegemonia sobre um bloco popular revolucionário.

Agosto/setembro de 1976.

Nota dos Editores:

Artigo publicado originalmente na revista "Brasil Socialista" Nº 7, out/1976.

"Brasil Socialista" foi uma revista editada no exterior nos anos de 1974/1977, através de Nouvelles Editions Populaires (Suíça), por exilados brasileiros das organizações MR-8, AP-ML e outras, que se encontravam na França.